



PERSPECTIVAS ECONÔMICAS
AGOSTO DE 2005

**AVANÇ
O** **METAS
INTERNACIONAIS
DE
DESENVOLVIMENTO
NAS**



PERSPECTIVAS ECONÔMICAS

Editor.....Jonathan Schaffer
Editora-gerente.....Kathryn A. McConnel
Editores colaboradores.....Kathleen E. Hug
.....Linda Johnson
.....Bruce Odessey
Editores de ilustrações.....Ann Monroe Jacobs
.....Barry Fitzgerald
Ilustração da capa.....Min-Chih Yao

Editora-chefe.....Judith S. Siegel
Editor executivo.....Richard W. Huckaby
Gerente de produção.....Christian Larson
Assistente de gerente de produção.....Sylvia Scott
Revisora de português.....Marília Araújo

Conselho editorial.....Alexander C. Feldman
.....Francis B. Ward
.....Kathleen R. Davis
.....Marguerite P. England

Capa: Crianças brincam em creche operada por organização não-governamental na África do Sul
Foto: Reverie Zurba/ Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

O Escritório de Programas de Informações Internacionais do Departamento de Estado dos EUA publica cinco revistas eletrônicas com o logo eJournal USA – *Perspectivas Econômicas*, *Questões Globais*, *Questões de Democracia*, *Agenda de Política Externa* e *Sociedade e Valores*. Elas analisam as principais questões enfrentadas pelos Estados Unidos e pela comunidade internacional, bem como a sociedade, os valores, o pensamento e as instituições do país. Cada revista é catalogada por volume (o número de anos em circulação) e por número (o número de edições publicadas durante o ano).

A cada mês sai uma revista nova, que no prazo de duas a quatro semanas é seguida de versões em francês, português, russo e espanhol. Algumas também são traduzidas para o árabe e o chinês.

As opiniões expressas nas revistas não refletem necessariamente a posição nem as políticas do governo dos EUA. O Departamento de Estado dos EUA não assume responsabilidade pelo conteúdo nem pela continuidade do acesso aos sites da internet para os quais há links nas revistas; tal responsabilidade cabe única e exclusivamente às entidades que publicam esses sites. Os artigos, fotografias e ilustrações das revistas podem ser reproduzidos e traduzidos fora dos Estados Unidos, a menos que contenham restrições explícitas de direitos autorais. Nesse caso, é necessário pedir permissão aos detentores desses direitos mencionados na publicação.

O Escritório de Programas de Informações Internacionais mantém os números atuais e os anteriores em vários formatos eletrônicos, bem como uma relação das próximas revistas, em <http://usinfo.state.gov/journals/journals.htm>. Comentários sobre a revista *Perspectivas Econômicas* são bem-vindos na embaixada dos Estados Unidos no seu país ou nos escritórios editoriais:

Editor, eJournal USA: Economic Perspectives
IIP/T/ES
U.S. Department of State
301 4th St S.W.
Washington, D.C. 20547
United States of America
E-mail: ajecon@state.gov

SOBRE ESTA EDIÇÃO

Cabe aos países em desenvolvimento e a seus governos assumir o comando do desenvolvimento. Eles precisam decidir, planejar e organizar a seqüência das políticas econômicas para atender às suas estratégias de desenvolvimento, devendo ser responsáveis por elas perante o povo. ... Precisamos apoiar estratégias sólidas de desenvolvimento com ajuda qualificada para garantir sua utilização de forma mais eficaz.

*—Líderes do G-8, 8 de julho de 2005
Gleneagles, Escócia*

Em sua reunião anual, em julho de 2005, os líderes das oito principais economias do mundo (G-8) conclamaram todas as nações a reiterar seu apoio ao progresso econômico e à boa governança no mundo em desenvolvimento, especialmente na África. A África é o único continente que não está avançando para cumprir até 2015 algumas das metas acordadas no encontro internacional de 2000, a Cúpula do Milênio, e apresentadas na Declaração do Milênio. Segundo os líderes do G-8 - Estados Unidos, Canadá, França, Alemanha, Itália, Japão, Rússia e Reino Unido -, o maior progresso na consecução das metas deve se basear em: avanço sustentável e constante rumo à paz e à segurança; melhor governança; melhores sistemas educacionais e de assistência médica; maior crescimento; acesso aos mercados; e mais recursos por meio de comércio, investimento e maior assistência oficial ao desenvolvimento.

Os Estados Unidos estão fazendo sua parte. São os maiores doadores mundiais de assistência oficial ao desenvolvimento, os maiores doadores de ajuda humanitária de emergência, os maiores doadores de recursos filantrópicos privados e a principal fonte de fluxos financeiros privados para os países em desenvolvimento. Com a Conta do Desafio do Milênio, os Estados Unidos continuarão a disponibilizar recursos aos países que incentivem o crescimento econômico com políticas que

promovam boa governança, comércio e investimento. O crescimento também requer cidadãos saudáveis e com boa educação que consigam aproveitar as oportunidades econômicas e as liberdades políticas. Também nesse ponto, os Estados Unidos estão fazendo sua parte ao lançarem a maior iniciativa de saúde da história mundial para combater doenças transmissíveis.

Grande parte das iniciativas americanas de desenvolvimento é conduzida pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) em parceria com muitas organizações não-governamentais. Esta revista dá uma pincelada em alguns projetos americanos de desenvolvimento na África, na Ásia e na América Latina que procuram trabalhar os principais objetivos da Declaração do Milênio: erradicar a pobreza extrema e a fome; alcançar a educação fundamental universal; promover igualdade de gênero e maior poder para as mulheres; reduzir a mortalidade infantil e melhorar a saúde materna; combater o HIV/Aids, a malária e outras doenças; assegurar a sustentabilidade ambiental; e construir uma parceria global para o desenvolvimento. Os editores da revista esperam que as descrições desses projetos propiciem informações úteis aos leitores para a formulação de projetos de desenvolvimento em seus países.

Os editores



PERSPECTIVAS ECONÔMICAS

DEPARTAMENTO DE ESTADO DOS EUA / AGOSTO DE 2005 / VOLUME 10 / NÚMERO 3

<http://usinfo.state.gov/journals/journals.htm>

ÍNDICE

AVANÇO NAS METAS INTERNACIONAIS DE DESENVOLVIMENTO

4 Como Desencadear o Crescimento por Meio de Sólidas Políticas de Desenvolvimento

ANDREW NATSIOS, ADMINISTRADOR DA AGÊNCIA DOS ESTADOS UNIDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL (USAID)

Cinco anos atrás, 189 países concordaram em unir forças na luta contra pobreza, analfabetismo, fome, falta de acesso à educação, desigualdade de gênero, mortalidades infantil e materna, doenças e degradação ambiental. Quando os países se reunirem neste ano em Nova York para avaliar o andamento desse esforço, diz Natsios, mantendo o compromisso contínuo com instituições econômicas eficazes e reformas, a comunidade global terá boa chance de alcançar as metas que ela estabeleceu para si mesma em Monterrey e na Declaração do Milênio.

7 Dimensões do Desenvolvimento

ENTREVISTA COM STEVE RADELET, DO CENTRO DE DESENVOLVIMENTO GLOBAL, E NICHOLAS EBERSTADT, DO INSTITUTO EMPRESARIAL AMERICANO

Embora o mundo possa ver progresso significativo no desenvolvimento na próxima década, talvez seja difícil atingir os padrões estabelecidos nas metas de desenvolvimento para 2015, afirma Radelet. Eberstadt diz que o avanço na redução da pobreza em muitas partes do mundo tem sido encorajador, exceto na África Subsaariana, onde o HIV/Aids tem causado uma reversão de muitos dos indicadores de assistência médica.

11 Aliança para o Desenvolvimento Global

AGÊNCIA DOS ESTADOS UNIDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL (USAID)

As parcerias público-privadas estão se revelando eficazes na captação de fundos e no fornecimento de novas tecnologias, capital intelectual, presença no mercado e conhecimento empresarial para tratar dos problemas de desenvolvimento da atualidade em todo o mundo.

DESENVOLVIMENTO EM AÇÃO: ESTUDOS DE CASO

REDUÇÃO DOS ÍNDICES DE POBREZA E DE FOME PELA METADE

14 Combate à Pobreza com Lucros

ZENIA TATA, DIRETORA EXECUTIVA DE INICIATIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL

Bombas simples, de baixo custo, e tecnologias baratas de irrigação por gotejamento criaram novos mercados para os agricultores nepaleses e zambianos, possibilitando a eles aumentar seus rendimentos significativamente e alimentar suas famílias.

16 Expansão das Exportações Agrícolas da Etiópia

KRISTINA STEFANOVA, USAID

Com verba da USAID, agricultores etíopes organizaram cooperativas e aumentaram a produção e as vendas de vagem de alta qualidade para a exportação por preço quatro vezes superior ao dos mercados locais.

ENSINO FUNDAMENTAL PARA TODOS

18 Iniciativa para a Educação na África

Laura Lartigue, USAID

Um programa do presidente americano que está fornecendo livros didáticos às escolas, bolsas de estudo para meninas e treinamento para professores já aumentou significativamente as matrículas no ensino fundamental da Guiné.

21 Ensinar uma Criança a Sonhar

RICHARD NYBERG, USAID

Instalações abaixo do padrão e professores não capacitados era o que tinham as crianças do Senegal antes das mudanças reunindo administradores escolares, professores, pais, associações de mulheres e organizações locais.

22 A Educação de Meninas no Quênia

ALETA WILLIAMS E SHARON MANGIN NWANKWO, USAID
A USAID e a Descoberta da Educação pelo Povo Maasai, organização sem fins lucrativos com sedes em Boston e no Quênia, estão propiciando novas oportunidades educacionais para as meninas das pastagens semi-áridas do Quênia.

REDUÇÃO DAS MORTALIDADES MATERNA E INFANTIL

24 Tratando a Malária Infantil nas Comunidades Ruandesas

JULIA ROSS, GERENTE DE COMUNICAÇÕES DO GRUPO CORE

Em cinco distritos ruandeses, programa comunitário ensina os pais a identificar sintomas perigosos associados à febre malárica e a tratar imediatamente da doença.

26 Para Melhorar a Assistência à Saúde na Etiópia Rural

KRISTINA STEFANOVA, USAID

O programa Serviços Essenciais de Saúde na Etiópia (ESHE) treina voluntários escolhidos na comunidade que trabalham com profissionais de saúde para promover assistência médica básica e vacinação.

27 Melhoria da Saúde Materna

DONNA VIVIO, DIRETORA DO CENTRO DE SAÚDE MATERNO-INFANTIL JHPIEGO (MCH), E BARBARA KINZIE, ASSESSORA SÊNIOR DO MCH

Um programa para treinar parteiras e outros profissionais especializados em parto implementado em mais de 25 países visa reduzir o número de mulheres e meninas que perdem a vida por causa de complicações da gravidez e do parto.

COMBATE AO HIV/AIDS, À MALÁRIA E A OUTRAS DOENÇAS

31 Combate à Pandemia de Aids

MATTHEW HANLEY, ASSESSOR TÉCNICO EM HIV/AIDS DA ORGANIZAÇÃO SERVIÇOS CATÓLICOS DE ASSISTÊNCIA

Como os postos de saúde e os hospitais são inacessíveis a muitos africanos da zona rural infectados pelo HIV/Aids, os Serviços Católicos de Assistência desenvolveram um programa de voluntários para fornecer aconselhamento, assistência médica e suprimentos em âmbito comunitário.

MAIOR PODER À MULHER

33 Mais Poder às Mulheres: Um Sábio Investimento

EMILY SOLLIE, GERENTE DE RELAÇÕES COM A MÍDIA DA ASSISTÊNCIA INTERNACIONAL DA IGREJA LUTERANA

O fornecimento de prensas a motor às mulheres de Burkina Fasso para o processamento de manteiga de karitê, além do treinamento em gestão empresarial, deu a elas dinheiro suficiente para comprar roupas e medicamentos e elevou seu prestígio na tomada de decisão comunitária.

36 Promoção dos direitos legais das Mulheres em Benin

SANDRINE DOSSOU-YOVO, USAID

Uma campanha dinâmica de conscientização pública, aliada à educação contínua de funcionários judiciais, promete mais proteções às mulheres de Benin em termos de direitos legais, humanos e de propriedade civil.

38 Mulheres Cambojanas Candidatam-se pela Paz

ESCRITÓRIO PARA A ÁSIA E O ORIENTE PRÓXIMO, USAID

A organização não-governamental Mulheres pela Prosperidade, que trabalha com políticos, eleitores e mídia cambojana para defender maior inclusão da mulher no governo, capacitou mais de 5.500 mulheres para disputar e assumir cargos políticos.

PROTEÇÃO DO NOSSO MEIO AMBIENTE COMUM

40 Proteção dos Recursos Naturais na Namíbia

KRISTINA STEFANOVA, USAID

Ao criar 31 unidades de conservação da natureza, a Namíbia está protegendo os recursos naturais do país, aumentando a renda e propiciando mais serviços médicos às populações indígenas.

43 Novas Formas de Ver a Paisagem

WINROCK INTERNACIONAL

Utilizando imagens aéreas digitais multiespectrais tridimensionais, os governos das Américas Central e Latina têm uma ferramenta melhor para medir e monitorar itens como: uso da terra, biodiversidade, produção do habitat e qualidade da água.

44 Preservação das Florestas Russas

WINROCK INTERNACIONAL

45 Bibliografia

47 Recursos na internet

COMO DESENCADear O CRESCIMENTO POR MEIO DE SÓLIDAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO

Administrador Andrew Natsios
Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional



Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

Andrew Natsios

Em setembro de 2000, 189 países concordaram em unir forças na luta contra pobreza, analfabetismo, fome, falta de acesso à educação, desigualdade de gênero, mortalidades infantil e materna, doenças e degradação ambiental. Esses países, inclusive os Estados Unidos, comprometeram-se a tomar decisões corajosas para tornar o desenvolvimento uma realidade para todas as nações. Em 14 de setembro de 2005, cinco anos após aquela reunião histórica, líderes de mais de 170 países vão se reunir na sede das Nações Unidas na cidade de Nova York para avaliar os avanços obtidos até agora. Embora ainda reste muito por fazer, o progresso tem sido significativo.

A reunião de 2000 deu impulso político à reforma, mas somente dois anos depois, na Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento, patrocinada pelas Nações Unidas e realizada no México, os líderes concordaram com uma proposta definitiva para o sucesso do desenvolvimento denominada Consenso de Monterrey. Nessa reunião, tanto os países em desenvolvimento quanto os doadores, em colaboração com a sociedade civil e a comunidade empresarial, adotaram boa governança, responsabilidade dos países pelas estratégias de desenvolvimento, comércio e investimento privado como elementos-chave do crescimento econômico e da prosperidade.

Na África, por exemplo, muitos líderes estão agora desenvolvendo trabalho no âmbito da Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (Nepad), aliando erradicação da pobreza a políticas que promovem crescimento sustentável e

comércio, boa governança e combate ao pernicioso mal da corrupção.

Por seu lado, os Estados Unidos aumentaram sua assistência oficial ao desenvolvimento (AOD), atingindo inclusive cifras superiores às prometidas pelo presidente Bush em 2002 em Monterrey. Desde 2000, a assistência americana praticamente dobrou, passando de US\$ 10 bilhões para US\$ 19 bilhões em 2004. Esse montante constitui um quarto da AOD dos 30 países industrializados integrantes da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico.

No entanto, a história tem mostrado que a dimensão da assistência ao desenvolvimento é menos importante do que a maneira como é aplicada e do que os mecanismos de implementação usados para tocar os programas. É essencial, portanto, que o incremento de AOD seja complementado com aumentos de eficiência e sustentabilidade.

Os países que comprovaram seu compromisso com mudança e reforma, governando com justiça, investindo em seu povo e mantendo políticas e instituições que respaldam a promoção do crescimento via mercado, receberão bilhões de dólares nos próximos anos de outra das iniciativas do presidente Bush: a Corporação Desafio do Milênio.

Mas os Estados Unidos contribuem com muito mais assistência para o desenvolvimento do que registram as estatísticas de AOD. As contribuições do setor privado - de empresas, organizações voluntárias ou não-governamentais - não são contabilizadas como assistência oficial ao desenvolvimento. E, no entanto, esses aportes privados de capital representam grande porcentual da contribuição anual

do povo americano ao desenvolvimento. Segundo números publicados pelo Instituto Hudson, organização independente de pesquisa, as doações privadas dos EUA aos países em desenvolvimento ultrapassaram os US\$ 62 bilhões em 2003.

Nos últimos anos, a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) tem procurado aproveitar melhor essas novas fontes de assistência ao desenvolvimento unindo forças com organizações do setor privado socialmente responsáveis na nossa Aliança para o Desenvolvimento Global. Desde 2002, investimos US\$ 1 bilhão em 290 parcerias público-privadas em 98 países, e nossos parceiros do setor privado contribuíram com mais de US\$ 3,7 bilhões do total de recursos.

Com muita frequência a ajuda humanitária tem sido tratada como se fosse algo independente do desenvolvimento e das metas estabelecidas na Declaração do Milênio de 2000. Não é. A incapacidade de responder à falta de alimento nos países da África e de outras partes do mundo só pode levar a mais instabilidade e a dificultar ainda mais o desenvolvimento dessas nações.

A fim de ajudar os países envolvidos em crises e conflitos a recuperar sua estabilidade e pôr suas economias de novo no caminho do crescimento sustentado, o presidente Bush anunciou recentemente que os Estados Unidos destinarão este ano um adicional de US\$ 674 milhões para emergências humanitárias na África, além da quantia já empenhada de cerca de US\$ 1,4 bilhão.

Na qualidade de fundador do Fundo Global de Combate ao HIV/Aids, Tuberculose e Malária e seu maior doador, os Estados Unidos contribuíram também com US\$ 459 milhões ao fundo em 2004. A contribuição americana em todos os seus programas de HIV/Aids totaliza mais de US\$ 2,8 bilhões neste ano fiscal. Além disso, contribuimos com cerca de US\$ 435 milhões anuais ao planejamento familiar voluntário e atendimento à saúde materna em 60 países.

É de grande interesse dos EUA e fundamental à missão da USAID atingir as metas propostas na Declaração do Milênio. Como primeira e maior agência bilateral de desenvolvimento, temos tido grande participação nesse processo e mais de 40 anos de experiência em coisas que funcionam e não funcionam. Por essa razão, damos tanta ênfase ao crescimento econômico. Em outras palavras, sem comércio não há crescimento econômico sustentado. Sem crescimento econômico não haverá aumento das receitas fiscais para financiar melhores serviços públicos. Sem crescimento e serviços não haverá aumento da riqueza e redução da pobreza. A ajuda externa deverá contribuir para o crescimento econômico ou estará falhando em sua missão primordial.

Há vários componentes em um programa de crescimento econômico bem-sucedido. Sabemos que um dos mais importantes é o comércio. Os Estados Unidos têm liderado a liberalização comercial no mundo, e a USAID destina recursos substanciais para ajudar a participação bem-sucedida dos países nas negociações comerciais e sua admissão à Organização Mundial do Comércio (OMC). A liberalização das leis comerciais e a participação plena na economia global

não beneficiam apenas os países desenvolvidos. A conclusão da Rodada de Desenvolvimento de Doha poderia adicionar US\$ 200 bilhões anuais às receitas dos países em desenvolvimento e tirar mais de 500 milhões de pessoas da pobreza.

Por muitos anos os Estados Unidos têm estado na liderança do movimento para reduzir o endividamento do Terceiro Mundo. Os Estados Unidos e outros países do G-8 concederam 100% de perdão a muitas dívidas contraídas com o Banco Mundial, Banco Africano de Desenvolvimento e Fundo Monetário Internacional. Isso resultou em aproximadamente US\$ 40 bilhões de imediata redução da dívida, podendo chegar a mais de US\$ 56 bilhões se todos os Países Pobres Altamente Endividados⁴ se qualificassem.

Outra imensa fonte de possíveis receitas para os países em desenvolvimento encontra-se no âmbito de suas próprias fronteiras. O relatório da comissão da ONU sobre o Setor Privado e o Desenvolvimento – *Como Liberar o Empreendedorismo: Fazendo os Negócios Funcionarem para os Pobres* – estima que os países em desenvolvimento possuam US\$ 9,4 trilhões em ativos financeiros privados que não podem ser canalizados para o desenvolvimento devido principalmente à corrupção e à proteção legal inadequada da propriedade e dos contratos. Ademais, como o economista peruano Hernando de Soto já demonstrou em vários dos seus trabalhos, milhões de pessoas do Terceiro Mundo não conseguem se capitalizar utilizando suas próprias casas ou empresas devido às normas extremamente rígidas de propriedade e concessão de títulos de propriedade, o que indica haver um grande reservatório de riqueza ainda não explorado em muitas nações em desenvolvimento.

Um mercado privado competitivo e bem regulamentado é indispensável porque é a instituição mais eficaz já criada para alocar recursos de maneira eficiente, promover a inovação e passar informações que ajudam consumidores e produtores a tomar decisões. Não é coincidência que os países mais ricos e mais desenvolvidos do mundo sejam todos democracias de livre mercado. Marcos regulatórios que promovam a confiança dos mercados privados, protejam a propriedade, garantam os contratos e, de maneira geral, respeitem o Estado de Direito, são essenciais para que as nações em desenvolvimento atinjam as metas da Declaração do Milênio.

Segundo estudo do Banco Mundial, em determinado país em desenvolvimento são necessários 203 dias para registrar uma empresa e em outro, 1.459 dias para fazer valer um contrato. Com tais barreiras à criação de empresas e ao empreendedorismo, as empresas não crescem e ficam no setor informal. Não há sentido em discutir se a ajuda oficial ao desenvolvimento deve ser de US\$ 68 bilhões, US\$ 100 bilhões ou US\$ 195 bilhões quando as políticas mais elementares para gerar riqueza não existem.

Acabar com a pobreza é um sério desafio. Construir instituições econômicas eficazes e igualitárias exige tempo, persistência e reforma. Devem ser criadas políticas para proteger os membros mais vulneráveis da sociedade. A boa notícia é que muitos países já escolheram seu caminho, e os

Estados Unidos e a comunidade internacional ajudarão os que estão prontos a ajudar a si mesmos. Com as escolhas certas, temos boa chance de atingir as metas definidas em Monterrey e na Declaração do Milênio. ■

* A Iniciativa HIPC é uma abordagem abrangente para redução da dívida de países pobres altamente endividados que buscam programas de reformas e ajustes financiados pelo FMI e Banco Mundial.

DIMENSÕES DO DESENVOLVIMENTO

Entrevista com Nicholas Eberstadt e Steve Radelet

Nicholas Eberstadt, chefe da Cátedra Henry Wendt de Economia Política do Instituto Empresarial Americano em Washington, e Steve Radelet, membro sênior do Centro de Desenvolvimento Global, também com sede em Washington, responderam às perguntas dos editores de Perspectivas Econômicas sobre as metas da Declaração do Milênio e da política de desenvolvimento americana.



Steve Radelet



Nicholas Eberstadt

Pergunta: Como avaliam os avanços, até o momento, da comunidade global para alcançar as metas da Declaração do Milênio acordadas em 2000?

Radelet: Houve avanços diferenciados. O Leste e o Sul da Ásia fizeram progressos significativos na consecução das metas, em particular na área das normas de saúde, enquanto os países da África Subsaariana e também o Haiti e a Birmânia estão se esforçando para atingir as metas.

Alguns países – entre eles, os maiores do mundo, como China, Índia e Indonésia – estão presenciando um rápido progresso rumo ao desenvolvimento. No entanto, em outros países, há muito menos probabilidade de que os padrões do “milênio” serão alcançados até a data prevista de 2015.

As Metas de Desenvolvimento para o Milênio (MDMs) são úteis para concentrar a atenção da comunidade internacional na definição de metas. Isso deve ajudar tanto os países em desenvolvimento quanto os países industrializados a concentrar a atenção de forma mais clara nos problemas e nas possíveis soluções. Existe a preocupação, no entanto, de que as datas para a realização das metas tenham sido estabelecidas de modo arbitrário. Talvez essas metas tenham sido definidas em nível muito alto para alguns países.

Com relação ao aumento do índice de matrícula no ensino fundamental, por exemplo, alguns países podem ver ganhos, mas, se não tiverem recursos suficientes, é possível que não consigam alcançar um índice de 100%. Alguns países têm levado décadas para passar de um índice de 20% a 25% de matrículas para 50%. Se não alcançarem 100% até 2015, isso não deve ser considerado necessariamente um fracasso.

Eberstadt: Cinco anos realmente não é tempo suficiente para julgar a eficácia do programa MDM – em parte porque os

dados referentes a muitos países de baixa renda são muito precários. Devemos avaliar as medidas de longo prazo para obter dados capazes de substantiar os ganhos que estão sendo alcançados.

Vamos olhar para o desenvolvimento a partir de uma perspectiva histórica. O século 20, de modo geral, foi um tremendo sucesso do ponto de vista do desenvolvimento e um grande salto no progresso contra a pobreza. Durante esse século, a expectativa de vida mais do que duplicou. Nesse período, houve um tremendo aumento na renda per capita do mundo como um todo.

As duas grandes exceções a esse padrão de avanço substancial foram o desvio causado pelo comunismo – hoje praticamente acabado – que afetou grande parte do mundo e os terríveis problemas desenvolvimentistas surgidos na África Subsaariana nas décadas de 1960 e 1970 e que ainda continuam: estagnação econômica ou declínio econômico de longo prazo, fraco desempenho nas exportações, dependência constante de ajuda e, mais recentemente, reveses catastróficos na saúde em muitas partes da África Subsaariana devido à pandemia de HIV/Aids.

P: Onde foram feitos os maiores progressos e quais são os principais obstáculos ao sucesso?

Radelet: Onde houve crescimento econômico, vimos avanços em relação às metas. No entanto, existem restrições ao progresso. A África tem sérias limitações geográficas. Tem doenças endêmicas – predominantemente, HIV/Aids – que afetarão a consecução de algumas MDMs.

Botsuana, por exemplo, estava se encaminhando no sentido de alcançar as metas, em especial na educação e na redução da pobreza. Mas devido ao HIV/Aids, os avanços do país em algumas áreas sofreram um retrocesso. A expectativa

de vida em Botsuana aumentou de modo expressivo, passando de 38 anos para 61 anos entre 1975 e 1995. Mas desde meados da década de 1990, em função da Aids, a expectativa de vida caiu para 43 anos.

Outra limitação enfrentada pela África é que ela tem mais nações isoladas, sem litoral, do que outras regiões. O fato de essas nações não terem saída para o mar faz com que seja muito mais difícil participar dos mercados e com que as importações sejam mais caras e as exportações, menos competitivas.

Podemos constatar outra limitação geográfica na África. Isto é, um imenso deserto (o Sahel) no Oeste. A baixa dispersão de pessoas nessa área torna difícil a prestação de serviços e o acompanhamento dos avanços em direção às Metas de Desenvolvimento para o Milênio.

No entanto, embora vários países africanos atualmente estejam enfrentando problemas muito difíceis, inclusive Somália, Costa do Marfim, Zimbábue e Congo, nem tudo é pessimismo.

Por exemplo, vemos um número crescente de democracias multipartidárias. Em 1990, havia quatro democracias multipartidárias na África Subsaariana. Hoje, há aproximadamente 20. Países como Gana, Tanzânia, África do Sul, Nigéria, Moçambique, Mali e Burkina Fasso fizeram significativos progressos políticos e econômicos nos últimos anos. Essa é uma enorme mudança que grande parte do mundo ainda não compreendeu. Vários desses países também estão obtendo maior estabilização econômica e crescimento econômico mais forte.

Eberstadt: Em termos de desenvolvimento geral, os avanços na redução da pobreza na maioria das regiões do mundo têm sido animadores, exceto na África Subsaariana, que em grande parte está indo na direção errada. Também houve retrocesso nos indicadores relativos à saúde devido à catástrofe do HIV/Aids.

A China teve o avanço mais importante, e a Índia também fez progressos substanciais.

Em países com economias em expansão, de modo geral houve transferência da dependência nos recursos naturais para maior dependência nos recursos humanos. No todo, os recursos naturais tornaram-se menos importantes para o crescimento econômico nacional.

P: Que papel a ajuda externa pode desempenhar no desenvolvimento de um país?

Radelet: Há duas áreas principais. A primeira é o apoio a programas educacionais e serviços de saúde para combater as principais doenças. Os recursos da ajuda resultaram em melhorias significativas na redução de doenças como pólio e cegueira dos rios e na disponibilização de terapia de reidratação oral. A segunda é o apoio aos esforços destinados a estimular o crescimento econômico.

Na área da saúde, houve tremendo progresso desde a Segunda Guerra Mundial em todo o mundo, inclusive nos países em desenvolvimento. Mas nos últimos cinco anos, começamos a ver com muita clareza as expectativas de vida caírem devido ao HIV/Aids. Essa doença representa um

retrocesso nos ganhos tão arduamente conseguidos na área de indicadores básicos de saúde nos últimos 20 anos.

Mas em alguns países vemos melhorias na redução do HIV/Aids. Em Uganda, por exemplo, devido aos esforços educacionais da comunidade local, financiados pela ajuda internacional, houve redução de 10% na incidência da doença nos últimos anos. Tailândia e Senegal também são citados como sucessos na redução da Aids, mantendo os índices da doença bastante baixos. Em algumas partes da Zâmbia, também houve reduções recentemente.

Em termos de crescimento econômico, em alguns casos a ajuda claramente não contribuiu para que a meta fosse alcançada, e parte da ajuda foi sem dúvida desperdiçada. Mas em alguns países, como Coreia do Sul nas décadas de 1950 e 1960, Indonésia e, mais recentemente, Uganda, Moçambique e Tanzânia, a ajuda contribuiu para o crescimento. É justo dizer que a ajuda funcionou em alguns países mas não em outros, e há muito a ser feito para que a ajuda seja mais eficaz no futuro.

Nos últimos anos, três acontecimentos no mundo em desenvolvimento mudaram o foco dos doadores sobre a ajuda. Primeiro, os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, que fizeram com que os doadores vissem com mais clareza a ligação entre pobreza e terrorismo.

Segundo, a maior conscientização da gravidade do HIV/Aids. Há não muito tempo, a Aids era vista principalmente como uma questão de “responsabilidade pessoal”. Hoje é corretamente vista como uma pandemia que afeta nações de todos os hemisférios.

Terceiro, o crescimento de democracias multipartidárias, mencionadas anteriormente. Enquanto nas décadas de 1970 e 1980 grande parte da ajuda foi gasta com os aliados da Guerra Fria, uma parcela maior da ajuda hoje está voltada para apoiar os países que estão tentando estabelecer democracias multipartidárias, e o mundo está lentamente evoluindo nessa direção.

Eberstadt: Formas de ajuda diferentes da convencional assistência oficial para o desenvolvimento (AOD) muitas vezes foram eficazes para ajudar os países a se desenvolver. Considere a ajuda militar, por exemplo. Taiwan e Coreia do Sul são duas histórias de sucesso pós-Segunda Guerra Mundial que ganharam muito com a ajuda militar dos EUA. Uma consequência dessa ajuda foi possibilitar que a Coreia do Sul se tornasse uma economia exportadora. De modo mais geral, a ajuda militar possibilita a criação de um ambiente de segurança no qual o progresso material é mais factível.

A economia internacional, por meio de comércio, investimentos e transferências de conhecimento, também é absolutamente instrumental para crescimento econômico, melhoria da produtividade e redução da pobreza.

O papel da AOD na promoção de avanços materiais é muito mais limitado – mas pode ser positivo nos cenários certos.

P: Nas últimas semanas, o debate sobre os níveis da ajuda e a capacidade de os países absorverem a ajuda esteve no

noticiário. Existe uma lei de retornos decrescentes para certos níveis de ajuda externa?

Radelet: Não existe uma lei rígida como tendência forte. Como acontece com outros investimentos financeiros, podemos ver retornos decrescentes à medida que a quantidade de investimentos cresce. Segundo pesquisas, a ajuda direcionada para crescimento econômico tem impacto cada vez menor à medida que a ajuda cresce, mas ainda tende a permanecer positiva até que a ajuda seja de aproximadamente 18% a 25% do produto interno bruto do país.

A questão é para onde a ajuda é direcionada. A ajuda direcionada para crescimento econômico uniforme causou um impacto mais forte no crescimento do que outras formas de ajuda, como aquela destinada a questões humanitárias e programas difíceis de serem mensurados, como a reforma judiciária. São necessários de 10 a 15 anos ou mais antes que os resultados da reforma judiciária possam realmente se firmar. É mais fácil medir os resultados da ajuda para coisas como desenvolvimento agrícola e construção de estradas, uma vez que os resultados são mais fáceis de ser quantificados e geralmente levam menos tempo para ser percebidos.

Um dos desafios a ser enfrentados é fazer com que a ajuda seja mais eficaz, tanto sob o ponto de vista da escolha do destinatário quanto da forma dessa ajuda, para garantir que tenhamos o maior retorno possível do dinheiro empregado.

Eberstadt: A eficácia da ajuda depende essencialmente do ambiente econômico no qual é introduzida. Onde existem políticas disciplinadas e produtivas, os recursos provavelmente geram retornos mais altos.

A questão crucial é como recursos concessionais extras podem afetar o ambiente das políticas. Os resultados da ajuda dependem de uma combinação de momento oportuno, liderança do país receptor – seu modo de governo – e sua história.

Um fenômeno preocupante desde meados da década de 1990 tem sido a dependência da África Subsaariana à assistência oficial para o desenvolvimento. De fato, a alta dependência da ajuda nas economias africanas tem sido evidente – e crescente – desde a década de 1970. Temos de nos perguntar se um excesso de ajuda não “afastou” o crescimento das exportações e a formação do capital nacional em partes da África Subsaariana na última geração. Isso pode explicar em parte o desempenho econômico de longo prazo surpreendentemente fraco nessa região.

P: Que papel desempenham programas americanos como a Conta do Desafio do Milênio (Millennium Challenge Account - MCA), a Lei de Crescimento e Oportunidades para a África (Agoa) e Países Pobres Altamente Endividados (HIPC) na estratégia global para a redução da pobreza?

Radelet: A negociação da redução da dívida de US\$ 40 bilhões anunciada durante a reunião do Grupo dos 8 (G-8) em julho de 2005 é um acordo histórico que poderá pôr fim

a duas décadas de problemas de dívidas para pelo menos 18 países pobres e possivelmente para mais. O desafio agora é ajudar os países beneficiários a alcançar crescimento econômico sustentado e redução da pobreza de modo que não terminem novamente com dívidas impagáveis.

Infelizmente, o acordo deixa de fora muitos países que não pediram emprestado o suficiente para ser considerados altamente endividados, como Quênia, Nigéria e Sri Lanka. Um acordo similar deve ser oferecido a esses países. A ajuda deve ser direcionada aos países mais pobres, não aos mais endividados.

A Conta do Desafio do Milênio é um programa muito importante do ponto de vista conceitual. A ideia geral por trás do programa é ter um mecanismo mais favorável e flexível para fornecer ajuda direcionada a países que mostraram mais compromisso com boas políticas de desenvolvimento. Seu sucesso na prática ainda está para ser visto.

A Agoa tem sido particularmente útil, pois se baseia na abertura do mercado americano aos países africanos, permitindo que participem dos mercados globais e produzam mercadorias que possam ajudar a respaldar o crescimento de longo prazo.

Eberstadt: A Conta do Desafio do Milênio é um conceito nobre, mas tem sido difícil operacionalizar o programa até o momento. Ele é muito pequeno para ter um grande impacto por meio de “não empréstimo”. Isso quer dizer que a MCA não é grande o suficiente para ter efeito sobre o comportamento dos beneficiários da ajuda ou sobre as práticas de outros doadores que respondem por grande parte das doações e empréstimos de desenvolvimento.

A MCA pretende incorporar o conceito experimental do Banco Mundial de “seletividade” no emprego dos recursos onde possam ter maior impacto. No entanto, parte da razão pela qual os doadores têm dificuldade em adotar a seletividade é que simplesmente não podem negar ajuda para muitos países. As relações políticas dos doadores com os governos que recebem a ajuda são quase sempre mais importantes do que os resultados reais de desenvolvimento alcançados por meio dessas transferências. Nessas circunstâncias, a seletividade é praticamente impossível.

P: Até que ponto a transparência e a prestação de contas são importantes para a eficácia da ajuda? O que pode ser feito para melhorar a governança?

Radelet: Políticas e instituições públicas melhores afetam fortemente o crescimento de um país. Os países com instituições fortes e populações saudáveis podem absorver mais ajuda do que países onde há muita corrupção e a população é menos saudável.

Houve casos no passado – principalmente durante a Guerra Fria – em que os doadores estavam bastante dispostos a dar ajuda a países onde se sabia existir corrupção. Isso influenciou a opinião pública sobre a eficácia como um todo da ajuda.

Eberstadt: Um fator na corrupção ou no mau uso dos recursos da ajuda é a conscientização política dos doadores.

Há uma relação positiva entre desenvolvimento econômico e Estado de Direito. O Estado de Direito é um objetivo importante. Onde há mais transparência acompanhando o Estado de Direito, há menos incerteza nos investimentos e custos mais baixos de transações e é mais fácil o desenvolvimento da atividade econômica.

Em muitas sociedades, a riqueza é distribuída de maneira desigual. Mas se um pobre sabe que tem proteções legais, há um movimento quase revolucionário em direção a igualdade.

P: Se for constatada fraude, o país deve deixar de receber a assistência ao desenvolvimento?

Radelet: Em muitos casos, sim, mas nem sempre. O fato de as instituições em alguns países serem tolerantes com a corrupção se dá pelo menos em parte devido à própria pobreza. É preciso forte comprometimento local e dinheiro para ajudar a construir instituições fortes que possam trabalhar para impedir a corrupção em vários setores. Não é apenas uma questão de vontade política interna.

Os doadores precisam ser muito mais específicos sobre o que esperam da ajuda.

Eberstadt: Isso depende inteiramente dos objetivos da ajuda, isto é, se a ajuda está sendo alocada para propósitos de segurança militar ou política. Quando a apropriação dos recursos está sendo comprometida, há um argumento muito mais forte para acabar com os programas de ajuda humanitária.

P: Quais são os problemas com a condicionalidade das políticas? Há quem tenha argumentado que, embora restrição fiscal, liberalização comercial, desregulamentação e privatização sejam coisas boas, a velocidade e a profundidade dessas medidas são cruciais para o sucesso da política de desenvolvimento.

Radelet: Aprendemos que os doadores não podem simplesmente impor reformas de fora, nem podem “comprar” reformas com promessas de mais ajuda. Os países precisam estar comprometidos com reformas sólidas em primeiro lugar. A ajuda pode ser usada para fornecer mais apoio a boas políticas, mas ela não pode forçar a implementação dessas políticas.

Eberstadt: A condicionalidade é desejável. Mas os doadores não têm um bom histórico na obtenção da condicionalidade. Ela não pode ocorrer onde a ajuda não possa ser “cortada” – mas quantos exemplos podemos encontrar nas últimas gerações onde os governos beneficiários tiveram a ajuda cortada por desempenho fraco em seus programas de desenvolvimento?

P: Vários esquemas já foram colocados em prática para financiar o desenvolvimento – Mecanismo de Financiamento Internacional, imposto global, DESs (direitos especiais de saque) para fins de desenvolvimento. Considerando as imensas demandas nos países, quais são as melhores abordagens para financiar o desenvolvimento?

Radelet: É sempre bom pensar em sistemas inovadores para ajudar os países a se desenvolver economicamente e reduzir a dívida. Mas nenhum sistema é “infalível”.

E nenhuma dessas novas idéias substituirá totalmente os fluxos tradicionais de ajuda ou os fluxos do setor privado, que se tornaram particularmente importantes nos países de renda média.

O Banco Mundial e o Banco Africano de Desenvolvimento devem fornecer mais dinheiro como doação do que como empréstimo, em especial aos países mais pobres. Os países com rendas anuais médias per capita abaixo de um determinado nível devem receber doações porque enfrentam os maiores desafios de desenvolvimento e são mais vulneráveis a choques econômicos.

Mas as doações não devem ser apenas presentes – devem se basear no desempenho. Devem ser claramente voltadas para a consecução de metas específicas, como a construção de determinadas estradas ou a criação de um número determinado de clínicas de saúde. Os doadores devem recompensar o sucesso na consecução das metas com mais ajuda e penalizar os países que não cumprem as metas especificadas.

Eberstadt: Para países de baixa renda altamente endividados com problemas com o serviço da dívida, temos de lembrar que os empréstimos contraídos têm normalmente sido altamente concessionais, mas os retornos gerados sobre esses empréstimos têm com bastante frequência sido muitíssimo baixos.

Em muitos países de baixa renda altamente endividados, os problemas econômicos não serão solucionados simplesmente por meio do perdão da dívida. O problema de restituir empréstimos concessionais indica um problema de desempenho econômico geral.

É mais importante investigar primeiro por que as taxas de retorno são tão baixas do que recorrer imediatamente à idéia de perdão da dívida. Não estou convencido de que a redução da dívida seja uma ferramenta tão importante no desenvolvimento. ■

*A Iniciativa HIPC é uma abordagem abrangente para redução da dívida de países pobres altamente endividados que buscam programas de reformas e ajustes financiados pelo FMI e pelo Banco Mundial.

As opiniões expressas neste artigo não refletem necessariamente a posição nem as políticas do governo dos EUA.

ALIANÇA PARA O DESENVOLVIMENTO GLOBAL

Parcerias público-privadas estão comprovando eficiência em direcionar fundos e fornecer novas tecnologias, capital intelectual, presença no mercado e especialização em negócios para lidar com os problemas de desenvolvimento no mundo.

Este artigo foi extraído do relatório Aliança para o Desenvolvimento Global: Expansão do Impacto da Ajuda Externa por meio de Alianças Público-Privadas da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional.

A Aliança para o Desenvolvimento Global (GDA) foi criada em maio de 2001 pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) como um novo modelo empresarial – um modelo que acredita em alianças público-privadas para multiplicar o impacto da ajuda oficial dos EUA ao desenvolvimento no exterior.

Desde o início, a GDA cresceu e passou de um punhado para centenas de parcerias que apoiam o crescimento econômico, a saúde, a educação, a democracia e governança, o meio ambiente e a resolução de conflitos. Nos exercícios fiscais de 2002-2004, a USAID agregou novos parceiros em aproximadamente 300 alianças. Um investimento do governo americano superior a US\$ 1,1 bilhão nessas alianças levantou mais de US\$ 3,7 bilhões em recursos de outros parceiros.

Nem todos os recursos das parcerias são em dinheiro. Novas tecnologias, capital intelectual, presença no mercado e especialização em negócios são igualmente importantes para lidar com os problemas de desenvolvimento que enfrentamos hoje.

Mas não poderia haver alianças sem vantagens mútuas para todos os participantes. Uma das principais fontes de valor que os parceiros ganham da USAID é o acesso a investidores do governo e uma rede de contatos locais por meio de nossa presença global de mais de 80 países e missões regionais. Outras vantagens comparáveis incluem a experiência da USAID em desenvolvimento, a autoridade para convocar e coordenar, uma lista de opções de apoio ao desenvolvimento para uma carteira existente e a capacidade de levantar recursos adicionais.

Apresentamos abaixo um pequeno, mas representativo exemplo que demonstra iniciativas de pessoas e organizações empenhadas em todas as esferas de ação para reduzir a pobreza, incentivar a democracia, a reforma econômica e a sociedade civil.

CRIAÇÃO DE AMPLO ACESSO A SERVIÇOS FINANCEIROS

Imigrantes mexicanos e americanos mexicanos enviaram mais de US\$ 16 bilhões para o México em 2004, um volume bem maior do que o total da ajuda financeira americana ao país. Mas os altos custos da transação limitam o potencial de aumento das remessas pessoais necessário ao desenvolvimento sustentável como também à ajuda familiar. A mera redução de 1% no custo da transação poderia alavancar centenas de milhares de dólares em recursos adicionais para o México. Há também uma escassez de serviços financeiros para o pobre: conforme estimativas, 40% dos mexicanos não têm acesso a serviços bancários, o que inviabiliza poupanças, empréstimos e outras oportunidades de administração de valores.

A Aliança Remessas para o Crescimento Econômico une a USAID ao Conselho Mundial das Cooperativas de Crédito e à rede das cooperativas de crédito do México para reduzir os custos das remessas pessoais e facilitar o acesso a serviços financeiros como poupanças, créditos e hipotecas. Os parceiros estão capacitando o pessoal das cooperativas de crédito locais no México e fornecendo atualizações tecnológicas para transferências de dinheiro. A rede inclui a Caja Popular Mexicana, maior cooperativa de crédito do país.

REDUÇÃO DA MALÁRIA POR MEIO DE PARCERIAS NO SETOR COMERCIAL

Na África Subsaariana, morrem mais de dois milhões de pessoas a cada ano em consequência da malária. A maioria das vítimas são mulheres grávidas e crianças menores de cinco anos. Um dos métodos mais eficazes para prevenir a malária é o uso de mosquiteiros tratados com inseticida. Essa medida reduziu em 45% a malária grave, em 42% os nascimentos prematuros e em 20% todas as causas da mortalidade infantil.

A Aliança NetMark representa um investimento de tempo limitado da USAID para diminuir o fardo da malária na África Subsaariana pelo aumento do fornecimento comercial para atender a uma demanda pública de mosquiteiros tratados com inseticida. A aliança reúne parcerias comerciais internacionais e africanas, organizações sem fins lucrativos e ministros da Saúde para criar capacidade comercial local e atender à demanda daqueles que podem e estão dispostos a pagar pelos mosquiteiros. E, dessa forma, doadores com recursos limitados podem suprir as necessidades daqueles que não podem pagar nada pelos mosquiteiros que salvam vidas. Isso é alcançado por meio de

uma estratégia de segmentação de mercado coordenada que inclui amplo programa de cupons de desconto em parceria com a ExxonMobil. O sucesso e as lições aprendidas com a iniciativa multidimensional da NetMark para atingir objetivos de saúde pública justos e sustentáveis são hoje incorporados no que é chamado de modelo de assistência externa de impacto no mercado todo.

CONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA NO SUDESTE EUROPEU

Governança transparente, responsável e eficiente, bem como respeito pelos direitos humanos e participação ampla do cidadão na tomada de decisões são fundamentos essenciais às democracias maduras. Esses fatores contribuem para a estabilidade regional e promovem a integração em instituições euro-atlânticas como a União Européia e a Organização do Tratado do Atlântico Norte.

O Fundo Balcânico para a Democracia é uma iniciativa para captação de recursos criada para ajudar a boa governança e aumentar a participação civil no sudeste europeu. O Fundo Balcânico concede anualmente mais de US\$ 2 milhões em verbas para grupos civis, organizações não-governamentais locais, governos locais e regionais, grupos de estudos, instituições educacionais e meios de comunicação nos Bálcãs. O investimento em grupos locais e na sociedade civil fortalece instituições democráticas e processos políticos e favorece o amplo desenvolvimento político e social na região, necessário à estabilidade no longo prazo. Além disso, o Fundo ajuda a criar o perfil da região e a fomentar sua aceleração nas estruturas euro-atlânticas.

RECUPERAÇÃO AGRÍCOLA E ECONÔMICA DE ANGOLA

Os 27 anos de guerra civil em Angola deixaram o país com dois milhões de pessoas marginalizadas, um sistema agrícola desordenado e uma economia arruinada. Assim, de exportador líquido de alimentos antes da guerra, Angola depende hoje da ajuda externa para alimentar seu povo. Além disso, a capacidade das esferas mais baixas do governo de fornecer bens e serviços públicos é fraca, ao mesmo tempo que regulamentos onerosos dificultam os esforços para alavancar a economia por meio da criação de empresas.

Após o acordo de paz em 2002, o presidente José Eduardo dos Santos desafiou o presidente e diretor executivo da Chevron, Dave O'Reilly, a considerar o legado da companhia depois de décadas como o maior investidor e maior empregador de Angola. O'Reilly respondeu com a Aliança para o Desenvolvimento de Empresas, pela qual a Chevron e a USAID destinaram um mínimo de US\$ 10 milhões cada uma para financiar iniciativas para o desenvolvimento de agronegócios; criação de médios, pequenos e microempreendimentos; ampliação da capacidade no setor financeiro para aumentar o acesso a serviços de crédito; e serviços de apoio financeiro e técnico

para atividades relacionadas com o agronegócio, tais como multiplicação de sementes e diversificação de plantações. A Chevron e a USAID estão explorando oportunidades para uma parceria de segunda geração que continuará a revitalizar a economia e a realizar o potencial do país.

LEVANDO ÁGUA POTÁVEL À ÁFRICA OCIDENTAL

Quase 20% da população mundial – 1,2 bilhão de pessoas – não tem acesso à água potável e 2,4 bilhões não têm acesso a saneamento básico. Só em 2000, 1,3 milhão de crianças menores de cinco anos morreram em decorrência de problemas de diarreia causados por água insalubre e más condições sanitárias. No mundo em desenvolvimento, os pobres sofrem de problemas evitáveis relacionados com a água, incluindo a doença do verme da guiné, cegueira-dos-rios e tracoma – a principal causa de cegueira evitável no mundo. Nas comunidades rurais pobres e vulneráveis de Gana, Níger e Mali, as questões de saúde e subsistência associadas com recursos hídricos são críticas. A segurança dos alimentos e a saúde dos ecossistemas – das quais dependem todas as vidas – necessitam de fontes sustentáveis de água potável que tantos nos países desenvolvidos crêem asseguradas.

A USAID fez uma parceria com a Fundação Conrad N. Hilton, a Word Vision e várias outras organizações internacionais para criar a Iniciativa para a Água na África Ocidental, um programa de US\$ 41 milhões para oferecer abastecimento de água potável, saneamento básico e serviços de higiene em Gana, Mali e Níger. Os parceiros estão trabalhando em âmbito nacional e local para aumentar o acesso à água potável e ao saneamento básico por meio de poços, recursos hídricos alternativos e latrinas. A aliança também trabalha na conscientização sobre as doenças transmitidas pela água e promove o gerenciamento hídrico sustentável com base na comunidade.

GARANTIA DE CRÉDITO COMERCIAL PRÉ-COLHEITA PARA COOPERATIVAS DE CAFÉ

Na América Latina e na África Oriental, muitos produtores de café, em especial os produtores de pequena escala, lutam para competir no mercado mundial de café. Como, em geral, eles não conseguem nos bancos locais o financiamento necessário para investir adequadamente durante o ciclo de produção, na época da colheita os intermediários da região podem comprar café a preços que não permitem aos produtores expandir seus negócios ou, em muitos casos, tampouco suprir as necessidades básicas de suas famílias. Mas, diante do crescimento da demanda mundial por melhor qualidade – produtos naturais de preços mais altos como o café especial – os agricultores têm a oportunidade de aumentar significativamente sua renda por meio do acesso ao crédito, ligações com o mercado internacional e melhores preços em razão da forma de cultivo favorável ao meio ambiente.

A Aliança Financeira para o Comércio Sustentável reúne a USAID e financiadores alternativos como o EcoLogic Finance e outros importadores voltados para a responsabilidade social, torrefações e organizações independentes de auditoria social e ecorrotulação. Os grupos trabalham juntos para aumentar o acesso ao financiamento para cooperativas de agricultores cujos produtos são cultivados, colhidos e processados de maneiras ecologicamente corretas. Os empréstimos são feitos diretamente às cooperativas que assinam acordos com compradores. As cooperativas podem então dispor do dinheiro para pagar os agricultores assim que eles entreguem suas colheitas. O modelo de negócio não apenas financia as cooperativas como também as coloca em contato com compradores finais como a Green Mountain Coffee Roasters e Starbucks – empresas comprometidas em assegurar o fornecimento sustentável de uma commodity global cuja produção e comércio proporciona um meio de subsistência para milhões de pessoas no mundo em desenvolvimento.

ACOMPANHAMENTO DA JUVENTUDE ÁRABE

As nações árabes têm algumas das populações mais jovens no mundo, mas também sofrem das taxas mais altas de desemprego entre os jovens. Embora as estimativas indiquem a criação 100 milhões de empregos nos próximos 20 anos, os sistemas de educação nacional não estão preparando os formandos adequadamente para suprir as necessidades do mercado de trabalho. O problema é especialmente grave nos estados produtores de petróleo que não conseguem diversificar sua base econômica de forma adequada.

INJAZ-Arábia é uma iniciativa liderada pelo setor privado para orientar e preparar a próxima geração de líderes empresariais. Grandes corporações, USAID, Iniciativa para Parceria com o Oriente Médio e ministros da Educação uniram forças com o objetivo de enviar voluntários corporativos de nível sênior para compartilhar experiências profissionais, conhecimento e histórias de sucesso com a juventude árabe. Os estudantes aprendem como o setor bancário apóia o comércio e a indústria, como gerenciar seus próprios orçamentos e controlar estoques e mesmo como criar um empreendimento modelo com um plano de negócio que vai da abertura da empresa até a liquidação final. Tanto empresas nacionais como multinacionais têm mostrado interesse crescente em participar na INJAZ como um exercício de boa cidadania corporativa.

ILUMINAÇÃO NO MINDANAO MUÇULMANO

A parte sul do arquipélago das Filipinas vivenciou conflitos civis e violência por três décadas. A negligência econômica e a exploração alimentaram um movimento de guerrilha em sua área de predominância muçulmana. Em 1996, um acordo de paz entre o governo nacional e os insurgentes criou a Região Autônoma do Mindanao Muçulmano com a promessa de levar desenvolvimento social

e econômico à região. Entretanto, para que se dê tal desenvolvimento, a energia elétrica precisa ficar mais barata e mais acessível. As ilhas do sul filipino estão muito distantes da rede elétrica nacional o que dificulta as atividades de geração de renda e leva a população local a usar lampiões de querosene que emitem dióxido de carbono.

A Aliança para a Energia Renovável Fora da Rede de Mindanao (Amore) fornece lâmpadas fluorescentes compactas e lâmpadas de rua de energia solar na Região Autônoma do Mindanao Muçulmano. Grupos de desenvolvimento comunitário mantêm esses sistemas de energia renovável. Os esforços da Amore estão ajudando a aumentar a segurança nas ruas e fomentando significativamente a produtividade no comércio e na educação, pois permitem que o trabalho e a educação se estendam até depois do anoitecer. Os sistemas energéticos também permitem que candidatos a empresários abram pequenas empresas como a confecção de esteiras e outros artesanatos locais.

CONSTRUÇÃO DA COMUNIDADE

A atividade humana insustentável – como desmatamento e queima de lavouras e incêndios em matas - tem destruído milhões de hectares de áreas cobertas por florestas na África. A retirada das árvores expõe o solo à ação de ventos áridos e chuvas até causar a erosão da sua superfície. Quando isso acontece, os agricultores se mudam para outras terras, derrubam árvores e repetem o ciclo até que os ecossistemas locais fiquem destruídos. Esse processo causa estiagem, escassez de alimentos, aumento da incidência de doenças – inclusive de HIV/Aids – e, por fim, leva ao colapso do que já foram comunidades sustentáveis. Há poucas alternativas para os que se vêm enredados por essas paisagens devastadas.

O Programa Internacional da USAID de Plantação de Árvores por Pequenos Grupos (TIST) responde aos problemas inicialmente apresentados em 1999 pelos agricultores de subsistência da Tanzânia em sua participação nas sessões de pequenos grupos facilitadas pela comunidade religiosa para alcançar o desenvolvimento. O TIST oferece a esses centros incentivo participativo, treinamento, conhecimento em organização, tecnologia e responsabilidade sobre a plantação de árvores para restaurar a saúde dos ecossistemas e a sustentabilidade das comunidades rurais. Com base nos bons resultados locais, o TIST capacita grupos de áreas rurais a melhorar sua qualidade de vida e o meio ambiente em que vivem. Os participantes do TIST mensuram e documentam seu avanço com sistemas de posicionamento global alimentados por baterias e tecnologias de assistência digital pessoal. ■

COMBATE À POBREZA COM LUCROS

Zenia Tata

A organização Iniciativas para o Desenvolvimento Internacional (IDE) fornece tecnologias agrícolas baratas e acesso a mercados há 25 anos. A IDE diz que o controle da água e seu acesso limitado são os principais obstáculos enfrentados pelos agricultores pobres do mundo todo.

Zenia Tata é diretora executiva e diretora de desenvolvimento da IDE-EUA. Nasceu em Bombaim, na Índia, e acumulou experiência de 15 anos no trabalho com organizações sem fins lucrativos na Índia e nos Estados Unidos.

Mais de 900 milhões de pessoas no nosso planeta sobrevivem da agricultura de subsistência. Esses agricultores são dependentes das chuvas irregulares e sazonais e geralmente não conseguem plantar o suficiente para alimentar a família durante o ano.

Nos últimos 25 anos, a Iniciativas para o Desenvolvimento Internacional (IDE), organização mundial sem fins lucrativos, tem reduzido a pobreza entre os agricultores de subsistência, fornecendo-lhes tecnologias baratas e acesso a mercados. Essas duas dimensões do trabalho da IDE permitem que os agricultores plantem o suficiente para alimentar a família e gerar renda com a venda do excedente.

Desde 1981, a IDE tirou definitivamente mais de 2 milhões de famílias da pobreza rural. A missão da IDE durante os próximos 15 anos será capacitar outras 20 milhões de famílias rurais a escapar do confinamento da pobreza. Dobrando e até triplicando sua renda anual, os agricultores podem suprir a família com refeições nutritivas, medicamentos que salvam vidas, educação para os filhos e todos os outros benefícios advindos da melhora das condições econômicas.

REDUÇÃO DA POBREZA COMO NEGÓCIO

A IDE trata a redução da pobreza como um negócio e usa como princípio norteador a crença de que as pessoas, quando lhes é dada oportunidade, investem na própria vida para escapar definitivamente dos males da pobreza. A IDE considera todos os agricultores como participantes do mercado global e implementa conscientemente um plano estratégico que lhes permite essa participação.

A falta de recursos hídricos disponíveis durante o ano é o principal obstáculo enfrentado pelos agricultores pobres. Bombas simples, de baixo custo e tecnologias baratas de irrigação por gotejamento são essenciais para melhorar a produção desses agricultores. A IDE desenvolve versões

acessíveis de tecnologias conhecidas para que os agricultores pobres da zona rural usufruam dessas tecnologias que podem mudar a vida. Uma bomba de pedal de US\$ 50 é modificada para custar US\$ 7; sistemas de armazenamento de água, que permite aos agricultores irrigar as plantações durante a seca, são modificados para custar US\$ 10.

A IDE também desenvolve cadeias de suprimentos para fornecer essas tecnologias aos pobres e facilitar a criação de mercados para que os agricultores possam vender seus produtos, criando assim um sistema de mercado sustentável que beneficia os agricultores rurais.

Essa abordagem, que oferece aos agricultores meios, e não doações, exerceu impacto significativo sobre a vida de mais de 12,5 milhões de pessoas. No Nepal, com investimento inicial de US\$ 50 cada um, os chacareiros puderam recuperar essa quantia e ter rendimento adicional de US\$ 300 no período de um ano. Na Zâmbia, com o investimento de apenas US\$ 120 em uma bomba de irrigação, até os agricultores que perderam seus rebanhos por doença puderam aumentar drasticamente sua renda, conseguindo dessa forma alimentar a família e educar os filhos. (Na África, o custo de US\$ 120 de uma bomba de pedal inclui também o custo de perfuração de um poço.)

O programa da IDE recebe recursos significativos da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), que investiu até agora mais de US\$ 4 milhões em projetos no Nepal e na Zâmbia.

CRIANDO OPORTUNIDADES PARA OS AGRICULTORES NEPALESES

O desempenho agrícola do Nepal está muito aquém do desempenho dos países vizinhos. O projeto Iniciativa Mercado de Irrigação para o Pequeno Proprietário (SIMI) é uma parceria financiada pela USAID entre a IDE e a organização não-governamental Winrock Internacional em nove distritos subdesenvolvidos das regiões do meio oeste e oeste do Nepal. A meta desse projeto, que foi iniciado em 2003, é capacitar 27 mil famílias de agricultores pobres (135 mil pessoas) a aumentar sua renda em 50% em três anos, por meio da venda de produtos agrícolas lucrativos como couve-flor, repolho e pimentas. A Winrock Internacional e a IDE acrescentaram uma doação de US\$ 1 milhão aos US\$ 3 milhões fornecidos pela USAID.

O projeto SIMI do Nepal promove a microirrigação para ajudar os agricultores de subsistência a sair da pobreza. Esse programa auxilia no desenvolvimento de cadeias de suprimento para capacitar fabricantes de equipamento, distribuidores e instaladores, bem como fornecedores de



Courtesia: Winrock Internacional

Mulher opera bomba de pedal de bambu no Nepal

sementes e de fertilizantes. Por meio de programas locais de mobilização, o SIMI está conscientizando os agricultores sobre as novas oportunidades e ajudando-os a aumentar seus vínculos com os mercados adequados.

Embora a geração de renda seja o objetivo central do projeto nepalês SIMI, a higiene também foi integrada ao programa. Os consumidores receberam treinamento sobre práticas de higiene pessoal, como lavar as mãos e o uso higiênico de privadas.

Fontes de água são usadas para vários fins, não apenas para irrigação das lavouras, mas também como água potável e para uso doméstico. Além disso, o SIMI tem um programa de treinamento para grupos de gênero e de pessoas menos favorecidas centrado na alfabetização e na facilitação de acesso dos agricultores a empréstimos de juros baixos. No seu primeiro ano, esse programa impactou diretamente 15.700 famílias – mais de 100 mil pessoas – das quais cerca de 47% eram mulheres. No período de um ano, a renda média de cada família aumentou em mais de 50%.

Apesar do agravamento da insurgência maoísta, esse projeto conseguiu aumentar a riqueza econômica em geral. Ao todo, os agricultores investiram US\$ 207 mil de recursos próprios em equipamento e realizaram vendas no valor de US\$ 2 milhões. E isso é apenas o começo do caminho para sair da pobreza e entrar nos lucros.

CRIAÇÃO DE MERCADOS NA ZÂMBIA

Em 2003, com a ajuda da USAID e de outros parceiros, a IDE iniciou um esforço de 2 anos na Zâmbia denominado projeto Criação de Mercado para o Pequeno Proprietário Rural (SMC). Esse projeto foi iniciado pelo IDE e implementado com a ajuda da Winrock. O objetivo desse empreendimento é integrar 2 mil famílias de agricultores aos mercados agrícolas, onde terão acesso a tecnologias de microirrigação adequadas, bem como a sementes e fertilizantes de alta qualidade. Isso permitirá aos agricultores produzir e vender produtos lucrativos e ter uma renda líquida extra de US\$ 300 por ano.

O projeto é concebido como a primeira fase de um programa abrangente de seis anos que beneficiará mais de 10 mil famílias, ou 50 mil pessoas. Após seis anos, espera-se que cada família tenha uma renda adicional de US\$ 500 por ano, o que representará enorme aumento acima da linha de subsistência.

O projeto na Zâmbia começou tendo como alvo mercados localizados em áreas de alta densidade populacional, com demanda de produtos muito valorizados, como páprica e algodão. Foi implementada uma estratégia para acesso à água e comercialização de tecnologias de microirrigação. Durante os primeiros seis meses do projeto, 1.070 agricultores foram recrutados para o cultivo de páprica irrigada por água pluvial para ser vendida nas estações de chuva e de seca. Os agricultores conseguiram seu intento adquirindo 390 bombas de pedal para irrigar os campos durante a época de seca. Isso facilitou a produção de duas colheitas de páprica de alto valor em vez de uma, o que dobrou a renda anual dos agricultores.

O projeto SMC realizou sessões de capacitação e treinamento e estabeleceu ligações com o mercado para 1.143 agricultores, dos quais 27% são mulheres. Com investimento inicial de US\$ 120, os agricultores puderam realizar lucros suficientes para iniciar seu caminho rumo à auto-suficiência econômica. A meta da IDE é criar apoio de mercado sustentável para os agricultores de subsistência à medida que caminham para a auto-suficiência. Os agricultores participam como parceiros iguais em um mercado viável. Ao impulsionar a energia empreendedora desses agricultores, o IDE está revolucionando os métodos de redução da pobreza, capacitando os pobres da área rural a aumentar seu suprimento alimentar, criar novos empregos e gerar renda suficiente para sair da pobreza para sempre. ■

As opiniões expressas neste artigo não refletem necessariamente a posição nem as políticas do governo dos EUA.

EXPANSÃO DAS EXPORTAÇÕES AGRÍCOLAS DA ETIÓPIA



Kristina Stefanova/ Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

Mulheres e crianças colhem vagem na Cooperativa de Hortaliças Dodicha. Essa vagem será vendida a uma exportadora local, que a venderá para supermercados na Europa

Em Ziway, na Etiópia, algumas dezenas de mulheres e crianças colhem vagem fresca no meio da tarde e de vez em quando as mascam. Elas enchem os cestos, pesam e despejam o seu conteúdo em caixotes plásticos que são levados por trator até uma fazenda nas proximidades.

Ali, a vagem é classificada, empacotada e enviada ao aeroporto em Adis Abeba, capital da Etiópia. Em poucos dias, os fregueses de alguma mercearia européia poderão comprar vagens frescas etíopes.

Até recentemente, os agricultores de Ziway trabalhavam de forma independente em pequenas áreas e vendiam seus produtos localmente por cerca de 12 centavos de dólar o quilo. Enquanto isso, uma exportadora, a Ethioflora Horticulture Farm, perdia vendas em potencial porque não conseguia produzir toda a quantidade de vagem em demanda para exportação.

Isso mudou quando um projeto de US\$ 1,1 milhão da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) começou a ajudar os agricultores a se organizar em cooperativas, melhorar a irrigação e produzir vagem de alta qualidade para vender à Ethioflora por preço quatro vezes superior aos dos mercados locais.

Agora que o programa está aumentando a produção em pequenas fazendas, a Ethioflora expandiu as vendas na Europa e convenceu o governo da Etiópia a permitir mais vôos cargueiros em Adis Abeba.

“Tínhamos muitos problemas antes dessas conexões”, diz o gerente da Ethioflora Mulugeta Abebe. “Os agricultores não coordenavam... eles precisavam aprender a cultivar e a usar a irrigação. Não era possível fazer tudo isso antes, mas agora tem sido feito por meio do ACDI/Voca”. [O ACDI/Voca é um grupo sem fins lucrativos que promove o

crescimento econômico agrícola nos países em desenvolvimento. Foi formado em 1997 pela fusão entre as organizações Desenvolvimento Internacional de Cooperativas Agrícolas (ACDI), que foi fundada em 1963, e Voluntários para Assistência a Cooperativas no Exterior (Voca), fundada em 1970.]

Com frequência, quando se unem a um comprador internacional, pequenos produtores não conseguem atender à demanda devido a tecnologia atrasada, falta de mão-de-obra especializada ou escassez de transporte. O ACDI/Voca ajuda-os a contornar esses obstáculos.

A vida de Ayu Deme mudou desde que ingressou na Cooperativa de Hortaliças Dodicha quatro anos atrás. Ela é um dos 155 membros que juntos cultivam 68,5 hectares.

Em 2004, a cooperativa começou a fornecer vagem à Ethioflora e obteve lucros significativos. Deme, de 35 anos, diz que agora consegue manter seus filhos mais velhos na escola, comprar roupas para a família e adquirir gado.

Ajudar a melhorar a vida dos produtores rurais é o objetivo principal do programa das cooperativas agrícolas e do programa de acesso ao mercado de hortaliças, e ambos enfatizam a conexão dos agricultores com os mercados. Por meio dos esforços das cooperativas agrícolas iniciados em 1999, o ACDI/Voca ajudou cerca de 650 cooperativas com mais de 673 mil membros. As cooperativas recebem assistência técnica para ajudá-las a entender e alcançar os padrões de qualidade de exportação, a operar com base em princípios empresariais sólidos e aprender a trabalhar voltadas para o mercado. Em cinco anos, o total da venda de grãos alimentícios, café e cana de açúcar por meio de cooperativas aumentou de US\$ 1 milhão para mais de US\$ 20 milhões.

Um componente do programa envolve o trabalho com os cafeicultores. As cooperativas operam como associações privadas, fornecendo serviços aos seus membros. Uma cooperativa de cafeicultores, por exemplo, facilita o acesso de seus membros a despoldadores e outras máquinas especializadas que ajudam a obter grãos de café de melhor qualidade. As cooperativas também ajudam os agricultores a conseguir preços de mercado melhores para os seus produtos.

A Etiópia produz cerca de 270 mil toneladas de café por ano, quase metade do que é consumido localmente. O ACDI/Voca está ajudando as cooperativas a ingressar nos mercados internacionais, onde o café alcança preço mais alto. De uma base de exportação ligeiramente inferior a algumas centenas de toneladas no final de 2000, as cooperativas de café da Etiópia venderam em 2004 quase 7.500 toneladas de café de alta qualidade para os mercados de especialidades no mundo inteiro. Nos últimos quatro anos, cerca de US\$ 2,3 milhões em pagamentos de dividendos retornaram aos cafeicultores etíopes.

Para Bekele Mantala, membro da cooperativa Wottona Bultuma de Yirgalem, a renda adicional trouxe várias mudanças. Bekele, pai de duas crianças pequenas, agora arrenda mais terras nas quais cultiva café e maïs. Ele comprou terra recentemente e construiu uma nova casa, deixando a antiga para seus três irmãos mais novos. E, em julho de 2004, abriu um pequeno negócio onde vende café e maïs.

Bekele está financiando a educação dos seus irmãos e tem grandes planos para o futuro. “Preciso melhorar o negócio e incluir produtos como grãos e cevada”, afirma. “E posso arrendar mais terra.” ■

Fonte: Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional, preparado por Kristina Stefanova, subeditora-gerente da publicação da USAID *Frontlines*.

INICIATIVA PARA A EDUCAÇÃO NA ÁFRICA

Laura Lartigue

Milhões de crianças na África Subsaariana, em sua maioria meninas, não têm acesso ao ensino fundamental. E aquelas que têm condições de freqüentar a escola em geral recebem instrução de qualidade tão baixa que não conseguem nem mesmo aprender a ler e escrever. Para ajudar a resolver essa situação, o presidente George W. Bush anunciou em 2002 a Iniciativa para a Educação na África, programa de muitos anos e muitos milhões de dólares destinado a fornecer treinamento e materiais a professores e alunos em toda a África. A Guiné é um dos muitos países que já estão se beneficiando dessa iniciativa: os professores estão recebendo treinamento, os alunos do ensino fundamental estão recebendo livros didáticos desenvolvidos especialmente para eles e as meninas agora conseguem continuar seus estudos graças a um componente da iniciativa conhecido como Programa da Embaixada de Bolsas de Estudo para Meninas.

Laura Lartigue está com a missão da USAID na Guiné.

O progresso da África também depende da educação das crianças africanas. ... Para que a África possa atingir todo o seu potencial, essas crianças precisam ter a chance de estudar e aprender.

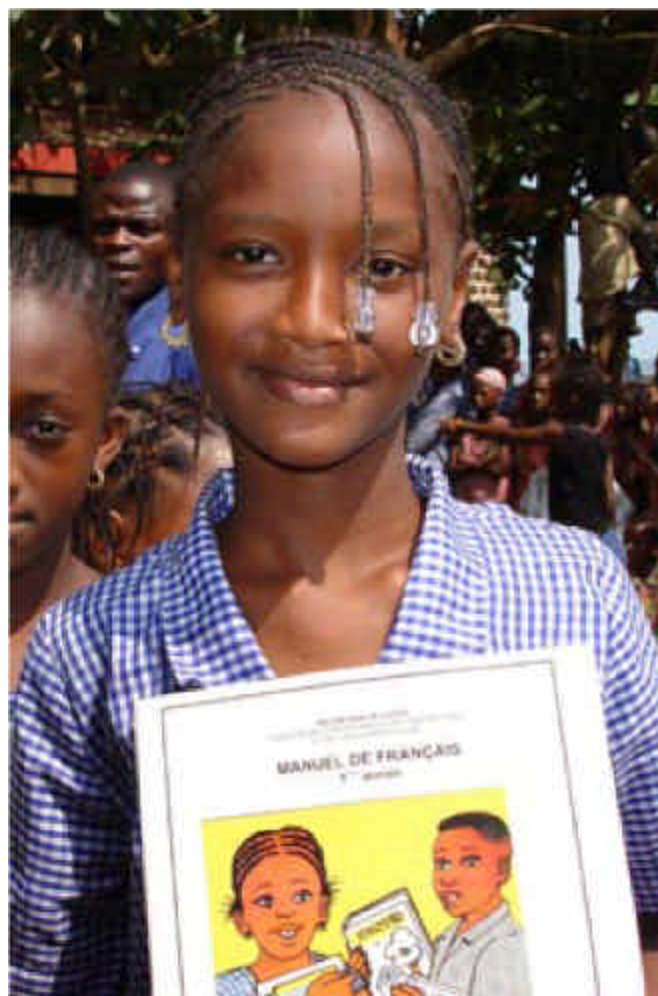
– George W. Bush, presidente dos Estados Unidos

Em junho de 2002, o presidente George W. Bush anunciou que os Estados Unidos destinariam US\$ 200 milhões à Iniciativa para a Educação na África (AEI) no período de 2002-2006. O programa, que está sendo implantado pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), visa fornecer treinamento e materiais a professores e alunos de toda a África Subsaariana.

Os três objetivos principais da Iniciativa para a Educação na África são:

- capacitar mais de 160 mil novos professores e dar cursos de aperfeiçoamento aos mais de 260 mil professores existentes;
- fazer parcerias com faculdades e universidades americanas historicamente destinadas à comunidade negra para fornecer às crianças africanas 4,5 milhões de livros didáticos e outras ferramentas de aprendizado em seu idioma local;
- conceder 250 mil bolsas de estudo para que as meninas africanas possam continuar seus estudos.

Além disso, a AEI pretende intensificar o papel dos pais africanos na educação de seus filhos, buscando tornar os sistemas educativos mais transparentes e abertos às reformas



Estudante da Guiné com um livro escolar inteiramente novo, produzido pelo programa Iniciativa para a Educação na África

sugeridas pelos pais, bem como discutir o impacto do HIV/Aids no ensino e no sistema educativo.

No momento em que o presidente fazia seu anúncio, as crianças da Guiné nem imaginavam que algumas cidades de seu país seriam selecionadas para dar início a dois desses objetivos. Conacri, capital da Guiné, foi o local escolhido para o lançamento, em maio de 2004, do componente do programa relativo aos livros didáticos. Assim, em fevereiro de 2005, doze meninas do vilarejo de Tanéné receberam as primeiras verbas e os primeiros materiais distribuídos na Guiné pelo Programa da Embaixada de Bolsas de Estudo para Meninas (AGSP).

Laura Lartigue/ Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

LIVROS DIDÁTICOS PARA ESTUDANTES DA GUINÉ

Crianças de todos os bairros centrais de Conacri, Guiné, animaram a cerimônia realizada na Escola de Ensino Fundamental Prefeito Frederico, em maio de 2004, cantando, dançando e sorrindo. Durante a cerimônia, a USAID entregou mais de 500 mil livros didáticos a estudantes da primeira e segunda séries de todo o país.

A Guiné foi o primeiro de seis países africanos a se beneficiar com os livros da Iniciativa para a Educação na África. Os livros e outros materiais didáticos foram especialmente desenvolvidos e distribuídos às crianças de Benin, Etiópia, Namíbia, Senegal e África do Sul.

Os livros didáticos destinados à Guiné foram elaborados e produzidos por meio de estreita colaboração profissional entre o Ministério da Educação Pré-Universitária e Cívica da Guiné e duas faculdades historicamente destinadas à comunidade negra nos Estados Unidos: a Universidade de Hampton, no Estado da Virgínia, e a Universidade Dillard, na Louisiana. Ambas as escolas mantêm a parceria com a AEI, desenvolvendo livros didáticos para outras séries.

Kadiatou Bah, um dos autores guineanos dos livros didáticos, disse o seguinte: "Foi realmente a colaboração que possibilitou a obtenção de um bom produto final. Nós conseguimos formular assuntos e ilustrações pertinentes à vida das crianças guineanas, e as universidades americanas nos ajudaram com a impressão, o que resultou num produto de qualidade."

Em um país onde o índice de adultos alfabetizados é de apenas 40% e as crianças das áreas rurais, particularmente as meninas, enfrentam enormes obstáculos para ter acesso à educação básica, o fortalecimento do sistema educacional pela melhora da qualidade do ensino é essencial ao desenvolvimento do país.

Galema Guilavogui, ministro da educação pré-universitária e cívica da Guiné, disse em seu discurso público: "Nossos parceiros americanos sabem que o sucesso do programa educacional na Guiné é um parâmetro do desenvolvimento harmonioso de nosso país. ... Fornecer livros didáticos de qualidade em quantidade suficiente nos ajuda a cumprir uma parte fundamental de nosso programa – melhorar a qualidade do ensino – e ajudará nossas crianças a saírem-se bem na escola. Somos extremamente gratos a eles por isso".

BOLSAS DE ESTUDO PARA MENINAS DA GUINÉ

Dawda Compo, pequeno agricultor de Tanéné, vilarejo distante de Boké na região Oeste da Guiné, olhou com orgulho para sua filha Fatou, uma estudante de 12 anos de idade escolhida para receber uma bolsa de estudo pelo Programa da Embaixada de Bolsas de Estudo para Meninas, patrocinado pela USAID. Compo disse "Creio que a bolsa de estudo vai ajudar a motivá-la. Também ajudará a aliviar os nossos encargos. Sou um agricultor pobre, nunca fui à

escola. Se minha filha não estudar, a vida será dura para ela. Se ela estudar, quem sabe? Ela pode até tornar-se presidente!"

Assim como muitos outros membros da comunidade de Tanéné, Compo incentiva sua filha a ir à escola. Por causa do entusiasmo e do compromisso da comunidade em promover a educação das meninas, Tanéné foi escolhida para sediar uma cerimônia em comemoração à distribuição de bolsas de estudo a 6 mil meninas da quinta e sexta séries de toda a Guiné.

Doze meninas de Tanéné, entre as quais Fatou, a filha de Compo, receberam sua bolsa de estudo durante uma cerimônia realizada em fevereiro de 2005, na qual o embaixador dos EUA para a Guiné, Jackson McDonald, entregou simbolicamente o primeiro pacote às meninas da Escola de Ensino Fundamental Hamdallaye. Também compareceram à cerimônia Galema Guilavogui, governador da região de Boké, especialistas em educação dos Estados Unidos e da Guiné e representantes da associação local de pais e mestres e da Aliança Local para a Educação de Meninas – dois grupos que prestam grande apoio no sentido de incentivar as meninas da região a frequentar a escola.

NECESSIDADES PRÁTICAS ATENDIDAS

As bolsas de estudo distribuídas durante a cerimônia, estimadas em US\$ 100 cada, incluíam dinheiro para livros escolares, cadernos, um dicionário, canetas, lápis, tecido para confecção de um uniforme para o ensino médio e uma pequena quantia em dinheiro para cobrir as taxas de matrícula e o seguro-saúde – itens práticos destinados a diminuir as despesas escolares e incentivar as melhores alunas a se dedicarem cada vez mais.

Por meio da Iniciativa para a Educação na África do presidente Bush, a Embaixada dos EUA na Guiné e a USAID puseram o programa AGSP em prática. Os objetivos desse programa são criar oportunidades para a educação das meninas e conscientizar a população sobre a importância de mantê-las na escola até que concluam o ensino fundamental. O AGSP também incluirá um programa de orientação, projetos inovadores centrados na educação das meninas e comemorações do Dia Nacional da Educação de Meninas.

As meninas guineanas enfrentam muitos obstáculos para frequentar a escola. A impossibilidade de arcar com as despesas escolares, o excesso de tarefas domésticas e no campo, a responsabilidade de cuidar dos irmãos mais novos e a falta de acesso a uma escola de ensino fundamental ou de ensino médio próxima de casa são apenas alguns dos obstáculos que os pais mencionam. Quando o AGSP foi lançado, a porcentagem de meninas matriculadas no ensino fundamental na Guiné era de 67% em âmbito nacional, mas de apenas 58% nas áreas rurais. Infelizmente, as taxas de desistência do ensino fundamental são muito altas entre as meninas.

SELEÇÃO DE BOLSISTAS

Por causa disso, os critérios de seleção para as bolsas levam em conta os problemas enfrentados pelas meninas de famílias pobres, órfãs ou meninas pequenas que vivem longe de suas famílias, meninas deficientes, vítimas de gravidez precoce e meninas que estão infectadas ou gravemente afetadas pelo HIV/Aids. O AGSP também premia aquelas que apresentam bom desempenho escolar, incentivando-as a continuar os estudos e a servir de exemplo para as colegas mais novas. Os critérios gerais de seleção das escolas e das meninas, a partir dos quais as comunidades puderam fazer suas escolhas, foram desenvolvidos por um comitê de direção nacional presidido por Guilavogui e pelas principais organizações interessadas em promover a educação das meninas na Guiné.

Hawa Sané, presidente da Aliança Local para a Educação de Meninas, diz que "as bolsas de estudo aliviam as despesas dos pais desta comunidade, que são muito pobres. Acreditamos que elas também motivarão as meninas mais novas e, esperamos, incentivarão outras a se dedicarem aos estudos".

Além do Programa da Embaixada de Bolsas de Estudo para Meninas, um programa complementar está sendo realizado na Guiné por um parceiro da USAID, o Centro de Desenvolvimento Educacional (EDC). Ao oferecer mais de 2.600 bolsas de estudo adicionais às meninas da quinta e sexta séries da cidade de Conacri, capital da Guiné, bem como de áreas rurais do país, o EDC tem ajudado a USAID a garantir a cobertura nacional de bolsas de estudo para meninas dos quatro cantos do país.

IMPACTO GERAL

A Guiné conseguiu atingir os três objetivos principais da Iniciativa para a Educação na África. Além dos livros didáticos e das bolsas de estudo do programa, a capacitação dos professores, patrocinada pela USAID, é uma atividade contínua destinada a melhorar a qualidade do ensino fundamental na Guiné. Para que o impacto das três iniciativas seja sustentável e duradouro, a USAID está trabalhando em estreita cooperação com o governo da Guiné e é atualmente o maior contribuinte bilateral para o programa Educação para Todos (EFA) na Guiné.

Embora a falta de professores e de materiais didáticos ainda seja generalizada na Guiné, há razões para otimismo. De acordo com o Ministério da Educação, durante o ano letivo de 2003-2004 a porcentagem de crianças em idade escolar que estão freqüentando o ensino fundamental cresceu de 74% para 77% no geral e de 67% para 70% entre as meninas. Esse fato foi particularmente evidenciado pelas taxas de matrícula na primeira série, que saltaram de 61% para 65%.



Crianças guineanas fazendo a lição

Laura Lartigue/ Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

O firme compromisso do governo da Guiné e a melhora contínua na gestão do setor educacional resultaram, em 2003, na inclusão do país na lista dos sete indicados para a Iniciativa Via Rápida do Grupo dos Oito (G-8), cuja meta é garantir o acesso universal ao ensino fundamental na Guiné até 2015.

DE OLHO NO FUTURO

Embora a primeira fase da Iniciativa para a Educação na África ainda esteja em andamento, o programa deve continuar por mais quatro anos. Em 30 de junho de 2005, o presidente Bush anunciou uma verba de US\$ 400 milhões para a continuação da AEI no período de 2006-2010, a fim de melhorar a qualidade e o acesso à educação básica para milhões de crianças na África Subsaariana.

As metas da AEI serão:

- capacitar 500 mil professores e administradores;
- conceder 300 mil bolsas de estudo por intermédio do Programa da Embaixada de Bolsas de Estudo para Meninas;
- elaborar e distribuir 10 milhões de livros escolares e outros materiais didáticos relacionados;
- melhorar o acesso de estudantes marginalizados e de professores ao aprendizado, materiais educativos e cursos de capacitação;
- melhorar o acesso à educação e ao treinamento para jovens que estão afastados da escola, órfãos e outras crianças vulneráveis;
- facilitar o acesso a cursos de capacitação e desenvolvimento profissionais para aumentar a produtividade. ■

ENSINAR UMA CRIANÇA A SONHAR

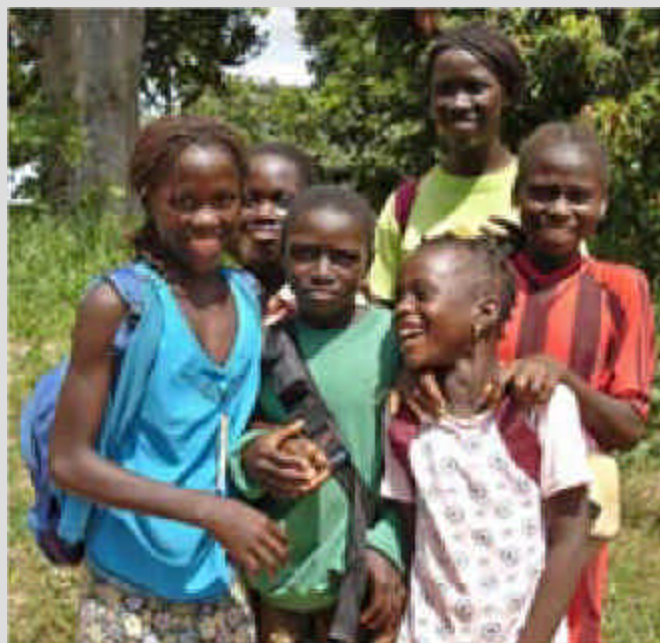
Quem disse que não se pode ensinar uma criança a sonhar? No Senegal rural, um vilarejo está fazendo exatamente isso.

Em 2002, o professor Ahmet Fall perguntou aos alunos no vilarejo de Pété Ouarack no noroeste do Senegal o que eles queriam ser quando crescerem. “Em sua maioria, as meninas”, disse ele, “queriam ser empregadas domésticas e os meninos, vendedores, na capital Dacar”. As escolas em Pété Ouarack só têm o curso fundamental, e cinco das sete escolas são construções provisórias de madeira e palha. Quatro crianças se espremem em carteiras feitas para duas. Apenas uma escola possui água potável e banheiros. Segundo os anciões da vila, ninguém em Pété Ouarack tem diploma do segundo grau. Sem exemplos locais, os alunos não podiam imaginar conseguir nada além de subempregos que exigem o mínimo de instrução.

Quando a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), por meio de seu Programa de Descentralização e Governança Local, conseguiu uma parceria com Pété Ouarack em 2002, os representantes do conselho local e os líderes comunitários imediatamente confirmaram que sua prioridade máxima era melhorar a qualidade dos serviços de educação. Por solicitação do recém-eleito presidente do conselho de Pété Ouarack, Mor Samb, a USAID organizou uma sessão de treinamento na vila para esclarecer quais eram as responsabilidades e possibilidades de ação com respeito à educação sob a legislação de descentralização do Senegal de 1996.

Em seus contatos com administradores de escolas, professores, pais, associações de mulheres e organizações locais, Samb ficou sabendo que toda a comunidade estava ansiosa para participar do processo de melhoria da educação, e seus membros contribuíram com idéias inovadoras para atingir essa meta. Os funcionários da escola, os pais e os líderes da comunidade formaram uma equipe educacional para identificar, planejar e implementar um plano escolar. Alguns de seus objetivos principais são construir novas escolas equipadas com toaletes e banheiros, arrecadar recursos para comprar livros e material escolar, além de promover a alfabetização de adultos.

Integram esse grupo educacional uma associação de professores forte e uma associação de pais e mestres (APM) que oferecem oportunidades importantes de diálogo e troca de conhecimentos e idéias. Esse grupo desenvolveu um plano de ação para a educação que delinea as ações práticas para melhorar as escolas e a qualidade do ensino, tais como participação dos pais e campanhas pela educação pública. De posse desse projeto abrangente, o conselho rural também achou mais fácil abordar o governo e parceiros doadores para solicitar ajuda.



Jovens estudantes senegaleses

Richard Nyberg/ Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

O projeto de melhoria da educação mudou o comportamento dos moradores de Pété Ouarack, que agora compreendem claramente que a chave para o futuro de sua comunidade está na educação. Por meio da APM revigorada, os pais e os professores discutem com tranquilidade o progresso das crianças – o que antes era um processo intimidante para os pais.

As organizações da comunidade estão doando recursos para financiar projetos como pagamento de taxas para que os alunos ingressem no ensino médio, e o escritório do conselho rural agora ajuda os alunos a obter documentos de identidade que lhes permite fazer os exames para continuar sua educação. Em julho de 2004 a comunidade comemorou as realizações acadêmicas de seus alunos concedendo certificados àqueles que se destacaram.

Estudantes e pais reconhecem o valor da conquista educacional e começaram a sonhar com carreiras anteriormente inimagináveis. Bator Diaw, uma menina de 10 anos de idade, quer ser ministra de Estado, e Balle Dieng espera que sua filha de quatro meses “um dia seja presidente”. Esses são sonhos louváveis que o dinâmico governo local e os líderes da sociedade civil em Pété Ouarack estão ajudando a tornar realidade.

Segundo Djibril Seck, inspetor adjunto das escolas primárias em Louga, região do Senegal: “Vemos um alto grau de entusiasmo entre alunos e pais. A população mudou sua mentalidade.” ■

Fonte: Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional, elaborado por Richard Nyberg, USAID/Senegal.

A EDUCAÇÃO DE MENINAS NO QUÊNIA

Novos horizontes

Para aproveitar ao máximo as oportunidades econômicas, será necessária uma educação melhor e mais abrangente especialmente para as mulheres, que enfrentam as maiores desvantagens.

— Presidente George W. Bush, 9 de maio de 2003

Três garotas quenianas da tribo maasai realizaram seu objetivo de terminar o ensino médio e agora expandiram ainda mais seus horizontes. Depois de superar barreiras culturais à educação feminina em seu país, as três garotas receberam o certificado de excelência no desempenho escolar e ganharam bolsas integrais para cursar a Universidade Estadual de Chicago (CSU), em Illinois. Elas esperam se formar em medicina algum dia e voltar ao Quênia para servir ao povo maasai.

Nas pastagens semi-áridas do Quênia, o povo maasai leva uma vida pastoril, seminômade, tangendo gado como seus ancestrais fizeram por várias gerações. Nem sempre se tem acesso à educação. As meninas, especialmente, em geral não vão à escola; em vez disso são mantidas em casa para cuidar das crianças menores e ajudar as mulheres mais velhas nos afazeres domésticos. Com frequência, são prometidas em casamento muito novas e às vezes casam com 9 ou 10 anos de idade. Mas, graças ao trabalho de uma parceira da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) – a organização queniana chamada Descoberta da Educação pelo Povo Maasai (MED) –, centenas de famílias maasai estão começando a perceber o valor da educação para suas filhas.

AS “TRÊS GRANDES”

Em dezembro de 2004, três dessas famílias, com enorme apoio da comunidade, dedicaram um bom tempo à preparação das filhas para a viagem de 12.800 quilômetros a Chicago, onde iriam cursar a faculdade e enfrentar um mundo totalmente diferente.

As três garotas tiveram ajuda dos EUA para cursar o ensino médio, pelo Programa de Bolsas de Estudo para Meninas (AGSP). O AGSP, que faz parte da Iniciativa para a Educação na África (AEI) do presidente George W. Bush, é um empreendimento de US\$ 200 milhões, com duração de cinco anos, para aumentar o número de matrículas de meninas na escola, capacitar professores e distribuir livros didáticos e outros materiais escolares. A AEI também abrange a conscientização sobre o HIV/Aids e a tentativa de sua redução, bem como o envolvimento das comunidades e dos pais na educação. O programa é implementado pela USAID, em parceria com organizações não-governamentais americanas e organizações locais. Graças à AEI, 250 mil bolsas de estudo serão concedidas durante o período de cinco

anos para permitir que meninas em situações de risco continuem sua formação e recebam apoio dos mentores da comunidade.

Eunice Sitatian Kaelo, de 18 anos, de uma família poligâmica com duas esposas e 16 crianças, é a única entre os filhos de sua mãe a receber educação. Apesar do bom desempenho escolar, ela estava ameaçada por um casamento prematuro quando ainda cursava a escola de ensino fundamental, até que uma professora interveio e Kaelo recebeu permissão para continuar na escola. Evelyn Nashipae Nkadori, de 19 anos, vem de uma família poligâmica de 15 filhos e é a única menina de seu vilarejo a ter cursado uma escola de ensino médio. Nkadori foi uma líder na escola, presidente do clube de matemática, monitora, chefe de dormitório e professora da escola dominical. Agnes Kainet Kisai, de 18 anos, é provavelmente uma das mais brilhantes entre as jovens maasai. Embora seus pais não tenham escolaridade, deram muito apoio à sua educação, mesmo que, devido a suas baixas condições financeiras, fosse difícil para eles pagar as taxas escolares e, em determinado momento, quase tenham sido forçados a dar sua mão muito cedo em casamento. Na escola de ensino médio, Kisai se sobressai em ciências, tendo participado de competições de ciências em âmbito nacional.

Antes de embarcar para os Estados Unidos, as três meninas foram homenageadas pelas comunidades e por parentes com uma cerimônia de bênção, durante a qual os mais velhos se reúnem em ritos culturais para os jovens. Em geral, a preparação das meninas se resume em circuncisão e casamento. Em vez disso, Kaelo, Nkadori e Kisai foram abençoadas, matriculadas na escola e receberam terras, uma raridade na cultura maasai, visto que a herança de terras tradicionalmente é prerrogativa dos homens.

Uma das mães disse durante a cerimônia de bênção: “Tradicionalmente, os guerreiros maasai recebem lanças para conseguirem vacas e nos darem orgulho. Como hoje vocês são os homens – os primogênitos – Deus nos ajudou e, graças à MED, estamos dando a vocês uma caneta para irem e nos darem orgulho e trazerem mais vacas como faziam os guerreiros. Lembrem-se de que essa oportunidade jamais lhes poderíamos dar. É obra de Deus, e esperamos que vão e se lembrem de onde vieram.” Segundo a expectativa reiterada por suas respectivas comunidades, as “três grandes”, como são chamadas, irão e voltarão armadas com conhecimento que ajudará suas comunidades a “andar com um pé na cultura maasai e o outro fora dela”. Elas são as primeiras das suas comunidades a receber o apoio dos pais para superar séculos de tradição e ir para a faculdade.

O PAPEL DA MED

A Descoberta da Educação pelos Maasai (MED), uma organização sem fins lucrativos com sede em Boston e no Quênia, foi idéia de Ledama Olekina, membro da tribo maasai que cursou faculdade nos Estados Unidos. Em resposta aos inúmeros desafios enfrentados por sua comunidade, Olekina iniciou uma série de caminhadas para levantamento de fundos nos EUA em 1999 e 2000. Ele viajou mais de 3.220 quilômetros a pé e deu palestras para despertar a consciência da importância da educação de meninas e para garantir recursos para a criação de uma universidade em sua comunidade natal de Narok, no Quênia. Ao perceber que eram poucas as meninas maasai que cursavam o ensino médio, não estando, portanto, em condições de ir para a universidade, a MED começou a trabalhar com as escolas e as famílias para recrutar cerca de 60 garotas e incluí-las em um programa de bolsa de estudo para ajudá-las a permanecer na escola.

Graças ao Programa da Embaixada de Bolsas de Estudo para Meninas, a MED agora se expandiu, incluindo 527 garotas. Além de seu programa de bolsas de estudo, a MED conseguiu construir e manter um Centro de Recursos Comunitários multifacetado, que oferece cursos superiores à distância para 100 meninas, algumas das quais se hospedam no próprio Centro; capacitação em Academia de Redes Cisco; cursos de educação continuada para membros da comunidade; e acesso ao acervo de uma biblioteca com mais de 12 mil livros, fitas de áudio e vídeo.

A MED conta com uma estratégia criativa e variada para angariar recursos destinados a custear essas atividades, inclusive iniciativas de geração de renda como loja de jóias com artigos feitos a mão pelas meninas e suas mães e um cybercafé, bem como ajuda da comunidade e de doadores particulares e patrocínios de empresas como a Coca-Cola, a Eroquad (Bélgica) e Diverse Productions (Reino Unido). Com a esperança de trazer todos os benefícios da globalização para sua comunidade, a MED está explorando atualmente um subcontrato de terceirização com a perspectiva de criar 200 novos empregos.

NA UNIVERSIDADE DE CHICAGO

Consciente da “fuga de cérebros” que contribui para a falta de profissionais capacitados e especializados na África, a presidente da Universidade Estadual de Chicago, Elnora Daniel, compartilha das esperanças das comunidades de que Kaelo, Nkadori e Kisai recebam educação de alto nível nos Estados Unidos e voltem para seu país para usar os conhecimentos, a capacitação e os relacionamentos e contribuir no desenvolvimento de suas comunidades. Daniel, que reconhece o sofrimento das meninas africanas e tem o

compromisso de promover mais intercâmbios internacionais, encara as bolsas de estudo da CSU como uma situação benéfica para todos e parte do compromisso geral dessa instituição com o desenvolvimento de uma comunidade de cidadãos globais.

De acordo com Adama Conteh, diretora executiva do Programa Internacional da CSU, nos últimos cinco anos, a universidade tem ajudado meninas de origens desprivilegiadas e vindas de instituições pobres em KwaZulu-Natal, na África do Sul, a cursarem a CSU. Em 2005, essa universidade formará cinco meninas da África do Sul – três delas em enfermagem e duas em administração. Tão importante quanto o investimento de quase US\$ 67.500 para três anos de estudo de cada menina, a universidade dá ajuda acadêmica e social, indicando orientadores e mentores entre os membros do corpo docente, que muitas vezes abrem suas casas para oferecer um ambiente familiar protetor.

Desde a sua chegada em Washington, D.C., em dezembro de 2004 e, logo depois, em Chicago, Kaelo, Nkadori e Kisai têm sido rodeadas por manifestações da hospitalidade americana. Sua nova comunidade as presenteou com pacotes de boas-vindas contendo casacos, roupas de frio, roupas de cama, artigos de higiene pessoal e computadores doados pela Iniciativa Leland da USAID. Depois de menos de um mês nos Estados Unidos, começaram a se acostumar à nova vida. Ficaram maravilhadas com a neve e com a espantosa abundância de bens de consumo no Wal-Mart.

Ao iniciar o ano de 2005, as garotas contaram aos amigos americanos seus sonhos para o futuro. Resumindo seus sentimentos, Nkadori disse: "Sou a nova face das garotas maasai e farei o que puder para ajudar a instruir minha comunidade e meu povo de modo positivo e garantir que serei uma pessoa considerada como fonte de esperança em minha comunidade."

As três agradeceram em seu idioma nativo, o maa, e reconheceram que sua viagem não teria sido possível sem a ajuda de muitas faces conhecidas e desconhecidas nos dois lados do Atlântico. ■

Fonte: Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional, preparado por Aleta Williams e Sharon Mangin Nwanko, Escritório do Desenvolvimento Sustentável, USAID.

TRATANDO A MALÁRIA INFANTIL NAS COMUNIDADES RUANDESAS

Julia Ross



Cortesia: Grupo Core

Mães e crianças sendo treinadas pelo programa antimalária em Ruanda

Organizações não-governamentais (ONGs) estão desempenhando um papel central para ajudar a direcionar os países àquelas Metas de Desenvolvimento para o Milênio que buscam reduções significativas na mortalidade materna e infantil e avanço no combate a HIV/Aids, malária e outras doenças graves. Em Ruanda, três ONGs fizeram parceria com o governo local para introduzir tratamento eficaz para malária, baseado na comunidade.

Julia Ross é gerente de comunicações do grupo CORE, uma coalizão de ONGs sediada em Washington, D.C., que trabalha com saúde e desenvolvimento infantil.

A malária continua a ser um enorme ônus para a saúde global. Mais de um milhão de vidas são perdidas para a doença causada pelo mosquito a cada ano, com a vasta maioria de mortes ocorrendo na África entre crianças de menos de cinco anos.

Em Ruanda, país da África central, a malária lidera as causas de morbidez e mortalidade, sendo responsável por 43% de todas as mortes e 40% das consultas aos centros de saúde. Mas o uso dos centros de saúde em Ruanda é baixo, e muitas crianças com a doença acabam morrendo em casa,

sem tratamento adequado. No distrito de Rwinkwavu, por exemplo, os trabalhadores comunitários de saúde relataram 588 mortes de crianças abaixo de cinco anos em 2002, quase três quartos das quais atribuídas à febre malárica. Dessas mortes, apenas 42 ocorreram em centros de saúde.

Em pesquisa realizada em dois distritos de saúde pelo Programa Nacional de Controle da Malária de Ruanda, descobriu-se que crianças com menos de cinco anos começavam o tratamento adequado para a malária em média três dias após o início da febre, muito mais tarde que o tratamento recomendado pela Organização Mundial da Saúde que é de 24 horas após a instalação da febre.

A distância dos centros de saúde locais e o custo do tratamento são alguns dos motivos dessa demora. Muitos pais ou cuidadores ruandeses preferem tratar as crianças consultando farmacêuticos e vendedores de pílulas locais, que estão mais próximos e cobram menos pela medicação do que os centros de saúde, mas que com frequência não oferecem medicação de alta qualidade ou prescrição adequada de doses e duração do tratamento. Esses fatores são responsáveis pelo baixo uso pelos ruandeses dos centros de saúde sancionados pelo governo: menos de 0,24 consultas por pessoa por ano.

Pesquisas adicionais realizadas em 2004 por três ONGs que trabalham em Ruanda – Preocupação em Todo o Mundo, Comissão Internacional de Resgate (IRC) e Assistência Internacional – mostraram que poucas crianças com malária recebem tratamento da forma recomendada pelo Ministério da Saúde de Ruanda. Apenas 16% das crianças incluídas no estudo no distrito de Kabilizi, 9% no distrito de Kirehe e 20% no distrito de Kibogora, receberam tratamento adequado e dentro do prazo recomendado. Cerca de um terço das crianças não receberam tratamento.

PROGRAMA PILOTO EM CINCO DISTRITOS

Em resposta a essas pesquisas e à lacuna evidente no socorro médico a crianças com febre malárica, o Programa Nacional de Controle da Malária de Ruanda juntou-se a três ONGs em 2004 para lançar um programa piloto para distribuição comunitária de medicação contra a malária, em cinco distritos.

A iniciativa – respaldada pelo Grupo Core; Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID); e Fundo Global para Combate a Aids/HIV, Tuberculose e Malária (GFATM) – tem como objetivo educar os pais para identificar sintomas perigosos associados à malária e tratar da doença com o auxílio do distribuidor de medicamentos de uma comunidade próxima, no prazo de algumas horas após o início da febre, quando as chances de salvar a vida da criança são grandes. Para casos mais complicados, os pais são aconselhados a buscar ajuda em um centro de saúde.

Com o apoio do governo da Bélgica, o Programa Nacional de Controle da Malária de Ruanda adquiriu no final do ano passado cerca de 450 mil pacotes de ampolas de medicamento contra a malária para tratar de crianças com menos de cinco anos. A distribuição local começou em novembro de 2004, com os pacotes sendo oferecidos a baixíssimo custo (10 centavos de dólar) ou a crédito. Enquanto o governo de Ruanda fornece supervisão do programa, as ONGs e seus parceiros locais implementam e monitoram os esforços de distribuição do medicamento. Os agentes comunitários de saúde, escolhidos pelas comunidades e treinados pelos distritos de saúde e suas ONGs parceiras, são responsáveis pela distribuição dos medicamentos.

RESULTADOS PROMISSORES

Desde abril de 2005, os resultados do programa têm sido promissores. Nos primeiros cinco meses da iniciativa, mais de 85% das crianças dos cinco distritos foram socorridas dentro de 24 horas após a detecção da febre. A Assistência Internacional capacitou 329 distribuidores locais e não relatou mortes entre as crianças que receberam tratamento por meio desses distribuidores. De novembro de 2004 a fevereiro de 2005 no distrito de Kibilizi, a organização Preocupação em Todo o Mundo relatou que os casos bem-

sucedidos de tratamento de crianças com malária aumentaram de zero a 795 na comunidade.

A Comissão Internacional de Resgate (IRC) relatou que, desde maio de 2005, 280 distribuidores comunitários no distrito de Kirehe estavam tratando de mais de 3 mil casos de crianças com malária por mês. O médico Emmanuel d'Harcourt, assessor técnico sênior para sobrevivência infantil da IRC, disse que o programa de Kirehe tem sido abraçado por pais, distribuidores de medicamentos e equipes dos centros de saúde. Segundo d'Harcourt, “as equipes dos centros de saúde afirmam estar agradavelmente surpresas pelo cuidado que os distribuidores dedicam ao seu trabalho”. Afirmam ter “inteira confiança nos distribuidores e que podem se concentrar em crianças em pior estado de saúde agora que a simples malária está sendo tratada pela comunidade”.

“A distribuição comunitária de medicamentos contra a malária é uma forma fundamental para atingir a meta Abuja de 60% de crianças abaixo de cinco anos socorridas dentro de 24 horas”, afirma o médico Jules Mihigo, antigo especialista da USAID em saúde materna e infantil em Ruanda.

As metas Abuja para a redução da malária foram estabelecidas como parte da Cúpula Africana sobre Redução da Malária realizada em 2002, em Abuja, na Nigéria.

Ruanda recebeu financiamento do GFATM para ampliar o programa piloto de cinco distritos para toda a nação, a começar pelos cinco distritos adicionados em setembro de 2005. ■

As opiniões expressas neste artigo não refletem necessariamente a posição nem as políticas do governo dos EUA.

O Grupo Core, associação de organizações não-governamentais internacionais, sediada em Washington, D.C., estimula e melhora a saúde e o bem-estar de crianças e mulheres nos países em desenvolvimento por meio de ações colaborativas e aprendizado. As 38 organizações membros do Grupo Core trabalham, coletivamente, em mais de 140 países.

PARA MELHORAR A ASSISTÊNCIA À SAÚDE NA ETIÓPIA RURAL

Masame Makebo, de Hossana, na Etiópia, ensina outras mães dos vilarejos localizados a dois quilômetros de distância dessa cidade sulista a cuidar da saúde de seus filhos.

Makebo integra a equipe de 4.200 agentes comunitários de saúde treinados pelo Serviços Essenciais de Saúde na Etiópia (ESHE) – projeto de cinco anos com verba de US\$ 18 milhões de dólares que opera em três regiões. Os agentes de saúde são voluntários selecionados na comunidade para trabalhar com os profissionais de saúde em programas de incentivo à assistência básica à saúde e à imunização. Até o fim de 2005, o ESHE terá treinado outros 15 mil agentes de saúde.

A Etiópia é um dos seis países que respondem em conjunto por 50% das mortes de crianças com menos de cinco anos de idade. Mais de 450 mil crianças da Etiópia morrem por ano de doenças evitáveis. Portanto, os simples conselhos de Makebo sobre imunização, aleitamento materno e nutrição podem salvar vidas. As pessoas que recebem orientações de Makebo aprendem também sobre a importância de lavar as mãos antes de manusear os alimentos e sobre o uso das latrinas.

O ESHE, fundado em novembro de 2003, trabalha simultaneamente nos âmbitos local e nacional, e seu foco é o fortalecimento das rotinas dos serviços de saúde – esforço que integra a estratégia de prevenção à fome na Etiópia de iniciativa da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID).

Os resultados desse programa já são visíveis na região sul da Etiópia. O nível da imunização infantil subiu de 54% em 2003 para 74% em 2004. A área equipada com latrinas de fossa e o uso de contraceptivos aumentaram.



Mulheres dão de comer às crianças

O ESHE desenvolveu módulos de treinamento para seus agentes de saúde com base nos resultados de uma pesquisa domiciliar realizada em 2003-2004. Agora, os agentes de saúde como Makebo estão na linha de frente da assistência à saúde nos festivais e workshops sobre saúde da comunidade.

Os programas de promoção da saúde desenvolvidos pelo ESHE também são transmitidos pelo rádio. Um workshop de quatro dias de duração realizado em 2004 com emissoras de rádio, organizações não-governamentais locais e autoridades do governo desenvolveu spots de rádio sobre vacinação de crianças. Desde então seis spots já foram ao ar e outros estão em fase de produção. ■

Fonte: Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional, elaborado por Kristina Stefanova, subeditora-gerente da publicação *Frontlines* da USAID.

Laura Lartigue/ Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

MELHORIA DA SAÚDE MATERNA

Donna Vivio e Barbara Kinzie

Todos os dias, cerca de 14 mil mulheres e adolescentes – 99% delas nos países em desenvolvimento – perdem a vida devido a complicações resultantes de gravidez e parto. Uma organização conhecida como JHPIEGO vem contribuindo para a saúde e a sobrevivência de mães e recém-nascidos em vários países, principalmente pela capacitação de profissionais de saúde credenciados, como parteiras, médicos ou enfermeiras, que recebem orientação e treinamento para lidar com gravidez e parto normais. Baseando-se em exemplos do trabalho do JHPIEGO no Afeganistão, no Nepal, na Indonésia e em Burkina Fasso, os autores descrevem o papel de profissionais capacitados para o tratamento de mulheres, mesmo nas regiões mais remotas e carentes de atendimento médico.

Donna Vivio é diretora do Centro de Saúde Materno-Infantil JHPIEGO (MCH), associado à Universidade Johns Hopkins. Barbara Kinzie é assessora sênior do MCH.

O JHPIEGO foi fundado há 33 anos como Programa Internacional de Educação em Ginecologia e Obstetrícia da Universidade Johns Hopkins. Como sua missão mudou com o passar dos anos, incluindo bem mais do que ginecologia e obstetrícia, hoje é conhecido no mundo todo simplesmente pelo acrônimo JHPIEGO.

A cada ano, mais de 500 mil mulheres e adolescentes – 14 mil por dia – perdem a vida devido a complicações resultantes de gravidez e parto. Noventa e nove por cento dessas mortes ocorrem nos países em desenvolvimento.

A Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) tem o compromisso de melhorar a saúde e os índices de sobrevivência de mulheres e crianças no mundo todo por intermédio de investimentos em programas de saúde materno-neonatais. Muito de seu trabalho para garantir o acesso das mulheres ao atendimento necessário durante gravidez e parto é implementado por organizações não-governamentais. O JHPIEGO está ligado à Universidade Johns Hopkins e é um dos parceiros ativos da USAID no esforço para redução da mortalidade e deficiência materna e neonatal.

Desde 1998, o JHPIEGO vem contribuindo para a saúde e a sobrevivência de mães e recém-nascidos em vários países, mediante programas globais financiados pela USAID, como o Programa de Acesso aos Serviços de Saúde Clínicos e Comunitários Materno-Neonatais e da Mulher (Access) e seu predecessor, o Programa de Saúde Materno-Neonatal (Maternal and Neonatal Health - MNH), e também programas bilaterais no Afeganistão, em Zâmbia, no Haiti e em outros países.

O JHPIEGO tem contribuído de forma decisiva para melhorar a saúde materna mediante programas e projetos que capacitam profissionais de saúde credenciados como parteiras, médicos ou enfermeiras, mediante orientação e treinamento, aperfeiçoando os conhecimentos necessários para lidar com gravidez (sem complicações), parto e período pós-parto imediato e na identificação, controle e encaminhamento de complicações em mães e recém-nascidos.

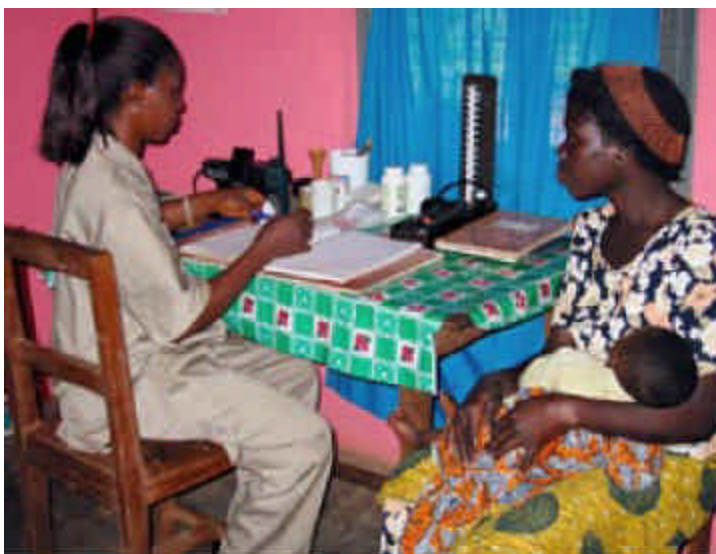
CAPACITAÇÃO DO PROFISSIONAL

A educação e a capacitação de alto nível de pessoal qualificado aprofundam conhecimentos e habilidades práticas para salvar vidas, envolvendo resolução de problemas, pensamento crítico e tomada de decisões, em vez de simplesmente o acompanhamento dos fatos. Enfatizam também a importância de respeitar as necessidades das mulheres e de suas famílias e de atender a elas.

Os componentes básicos de programas que promovem tais conhecimentos, habilidades e atitudes incluem cursos e sistemas de capacitação apropriados antes e durante o atendimento, fundamentados na competência; materiais de aprendizado abrangentes, com base em evidências e relevantes para os locais em questão; e professores e instrutores capacitados que podem orientar os estudantes em seu aprendizado na sala de aula, nas instalações dos sistemas de saúde e na comunidade.

Há anos, o JHPIEGO realiza trabalhos em mais de 25 países para melhorar e elaborar programas de formação em pré-atendimento para enfermeiras, parteiras e médicos, preparando-os para salvar a vida de mulheres. Existe um programa desse tipo no Afeganistão, onde o JHPIEGO formou um quadro de parteiras.

Em grande parte devido à falta de acesso a profissionais capacitados, complicações no parto tiram a vida de uma mulher afegã a cada 30 minutos – com mais frequência do que a má nutrição e a guerra. O JHPIEGO, por intermédio do Programa de Expansão Rural da Assistência Médica Comunitária do Afeganistão (Reach) da USAID e de seus principais parceiros – Ciências da Administração em Saúde e Save the Children (Salvem as Crianças) –, deu recursos para o Ministério da Saúde do Afeganistão ministrar um curso de formação de parteiras, com duração de dois anos, que inclui aulas teóricas e trabalho clínico em hospitais da região. Até agora, foram instaladas escolas de parteiras em Herat, Mazar As-Shariif, Jalalabad, Kandahar, Cabul, Badakshan, Bamiyan, Jawzjan, Khost e Takhar, e duas turmas já se formaram. Esse programa formará 299 novas parteiras em 2005, aumento de 64% em relação ao número de parteiras



Melissa May/ Cortesia: Photoshare

Mãe e bebê são atendidos por enfermeira na África Ocidental

capacitadas no Afeganistão quando caiu o Taleban. Enquanto algumas dessas escolas de parteiras são escolas acadêmicas vinculadas a hospitais urbanos, cinco delas pertencem a programas comunitários de formação de parteiras, criados de forma que mesmo mulheres em áreas remotas terão acesso a atendimento especializado. Ao término do programa Reach, em maio de 2006, 830 novas parteiras estarão capacitadas. Mas isso é apenas o começo. O Afeganistão precisará de mais de 5 mil parteiras para atender à necessidade básica da presença de profissional capacitado a cada nascimento.

O programa do JHPIEGO não somente tem como meta formar algumas centenas de parteiras, mas também pretende promover uma mudança fundamental na maneira de selecionar, instruir, empregar e apoiar parteiras como atores essenciais na redução da mortalidade materna. As parteiras que já terminaram o curso vêm demonstrando tremenda motivação e compromisso com a profissão e com as inúmeras mulheres afegãs que precisam de sua ajuda. De fato, em maio de 2005, a recém-formada Associação Afegã de Parteiras reuniu-se pela primeira vez para adotar uma constituição e eleger diretores, recebendo assim o reconhecimento da Confederação Internacional de Parteiras.

COMO LEVAR O PROFISSIONAL CAPACITADO ATÉ AS PACIENTES

Aumentar a proporção de nascimentos com ajuda de profissional capacitado é uma meta internacional. Ainda assim, a falta de acesso a atendimento especializado faz com que a cobertura por profissionais capacitados seja baixa em muitos países.

O Nepal é uma terra agreste com locais de difícil acesso e alta mortalidade materna (539 mortes por 100 mil nascimentos). Em 2001, somente 13% das mulheres nepalesas eram atendidas por profissional capacitado durante o parto. Para que mulheres das áreas rurais, onde vive a

maioria da população do Nepal, tenham a assistência de profissional capacitado, é necessário colocar à disposição serviços que garantam o parto seguro.

O JHPIEGO, trabalhando como parceiro no Programa do Nepal para Saúde da Família (NFHP), fundado pela USAID, está ajudando a aprofundar conhecimentos e habilidades de parteiras ajudantes de enfermagem já existentes, para que prestem atendimento a mulheres grávidas, salvando-lhes a vida, e coloquem à disposição de todas as mulheres serviços de planejamento familiar. O JHPIEGO está também trabalhando para desenvolver a capacidade de pré-atendimento das escolas de modo a formar mais profissionais capacitados que possam atender maior número de mulheres. O trabalho do NFHP também se estende a agentes comunitários de saúde e agentes femininas de saúde para criar um vínculo entre a comunidade e os agentes de saúde nas “instalações de periferia”, que podem ser hospitais distritais, centros de saúde, postos ou subpostos de saúde, tornando assim os serviços mais acessíveis a mulheres da zona rural.

APOIO A PROFISSIONAIS CAPACITADOS

Não basta a formação e a competência de profissionais capacitados para que possam exercer sua função bem e realmente salvar a vida das mulheres durante o parto. Para que sejam capazes de reduzir a incidência de mortes maternas, eles precisam de um ambiente que facilite e ajude seu trabalho. Os fatores determinantes para esse ambiente são políticas, leis e normas que lhe dêem proteção; infraestrutura eficiente dos sistemas de saúde; associações profissionais; e sistemas de educação de boa qualidade e de supervisão solidária. O JHPIEGO trabalhou com parceiros no mundo todo para ajudar a criar o ambiente necessário para prestadores de serviço bem preparados. Diretrizes clínicas para o tratamento de complicações na gravidez e no parto são pré-requisitos para a elaboração de políticas que ajudem a criar um ambiente propício, bem como para o desenvolvimento de protocolos clínicos e assistência no trabalho que preparem os prestadores de serviço para suas tarefas. O JHPIEGO, trabalhando com várias organizações, doadores e órgãos técnicos mediante o programa de Saúde Materno-Neonatal, contribuiu decisivamente para a elaboração do manual da Organização Mundial da Saúde, *Como Lidar com as Complicações na Gravidez e no Parto*. Esse documento foi traduzido para 16 idiomas – inclusive espanhol, francês, laosiano, bahasa e mandarim – e agora é um texto padrão em 40 escolas de medicina. Esse manual vem sendo usado para informar o diálogo de políticas e contribuir para o desenvolvimento de normas nacionais na África, na Ásia e na América Latina. Assim, os governos do mundo todo têm um guia para práticas de salvamento de vidas baseadas em evidências, e os prestadores de serviço de saúde têm um manual que lhes informa como lidar com complicações surgidas na gravidez e no parto.



Mãe e filho da Guiné-Bissau

Laura Lartigue/ Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

Associações profissionais dão suporte a pessoal habilitado para manter os altos padrões de sua profissão. Na Indonésia, por exemplo, além do suporte da Associação Indonésia de Parteiras ao programa MNH mediante atividades profissionais e de capacitação, o programa recentemente mobilizou parteiras para que atendessem a mulheres em Aceh depois do tsunami, no final de 2004. Mesmo com suas próprias famílias desaparecidas ou mortas, as parteiras de Aceh socorreram mulheres em trabalho de parto. Elas usaram abrigos, armários ou qualquer estrutura remanescente para ajudar nos partos e prestar socorro a mulheres necessitadas.

Muitas das próprias parteiras de Aceh morreram no tsunami, e muitas outras ficaram sem equipamentos básicos, suprimentos e instalações para prestar atendimento com segurança. O JHPIEGO, com recursos do Escritório de Assistência a Desastres no Exterior, vinculado à USAID, e de outras fontes, está auxiliando a Associação Indonésia de Parteiras a mobilizar parteiras de outras regiões desse país para treinarem novas parteiras em Aceh, ajudando-as a salvar vidas no parto. Quase cem parteiras já foram a Aceh, e muitas mais receberam os ensinamentos necessários para atuar como profissional capacitado.

COMO LEVAR PROFISSIONAIS CAPACITADOS ÀS COMUNIDADES

O programa de Saúde Materno-Neonatal no distrito de Koupela, em Burkina Fasso, é um exemplo de mudança efetiva ao levar a ajuda de pessoal habilitado às mulheres. Agências da ONU relataram que em Burkina Fasso 498 mulheres morrem a cada 100 mil partos, principalmente de hemorragia e infecção. O programa MNH teve a colaboração de inúmeros parceiros, inclusive o Fundo das Nações Unidas para a Infância, o Plano Burkina, o Family Care International, o Fundo de População da ONU e a organização americana sem fins lucrativos Mwangaza para fortalecer o sistema de atendimento de saúde, ao mesmo tempo que capacita as comunidades para exigir e usar serviços que salvam a vida de mulheres.

O programa MNH trabalhou com a Divisão da Saúde Reprodutiva e da Família em Burkina Fasso para implementar uma política de maternidade segura que serve de base para todas as outras atividades do programa. Para ajudar no trabalho dos prestadores de serviço, foram criadas políticas, normas e protocolos para a segurança na maternidade. O programa incorporou aspectos de cuidados clínicos e de participação comunitária mediante o trabalho com comitês do Ministério de Saúde do distrito, prestadores de serviços de saúde e a comunidade para estabelecer padrões de saúde e melhorar os serviços e o desempenho para atingir esses padrões. Parteiras tradicionais também foram incluídas no processo para garantir que o atendimento se adequasse à cultura das mulheres e suas famílias e fosse aceito por elas. Em 2004, no quinto ano do projeto, a porcentagem de mulheres com pelo menos quatro consultas pré-natais havia aumentado de 21% para 44%, e o índice de nascimentos assistidos por pessoal habilitado, de 39% para 58%.

A META FINAL

Por volta de 1870, mais de 600 mulheres morriam a cada 100 mil nascimentos em países industrializados. Em 1900, a taxa de mortalidade materna havia caído pela metade na Suécia e em quase 25% na Inglaterra, no País de Gales e em outras partes do mundo ocidental. Isso foi antes do advento da obstetrícia moderna – isto é, antes do desenvolvimento de antibióticos, transfusões de sangue e cesarianas. Fatores cruciais para essa redução nas mortes maternas foram a consciência cada vez maior do problema, a adoção de legislação promovendo cuidados especializados durante o parto, programas nacionais para capacitar e mobilizar profissionais capacitados em número suficiente e elaboração e aplicação de normas de atendimento por esse pessoal.

Agências governamentais americanas como a USAID fazem parcerias com organizações não-governamentais e outros grupos para dar continuidade a programas e progressos realizados no passado e aos que estão sendo feitos no presente. No futuro, graças aos esforços dessas organizações, mais mulheres sobreviverão ao parto e terão oportunidade de criar as crianças do mundo. ■

As opiniões expressas neste artigo são de responsabilidade do autor e não refletem necessariamente a posição nem as políticas do governo dos EUA.

COMBATE À PANDEMIA DE AIDS

Matthew Hanley

Entre os mais de 40 milhões de pessoas com HIV/Aids, quase três quartos estão na África. Os postos de saúde e hospitais que atendem às vítimas de HIV/Aids muitas vezes são distantes das aldeias e inacessíveis aos pacientes. O custo do tratamento para um mal como a Aids geralmente esgota os recursos financeiros do paciente. E a abrangência da pandemia tem exigido muitos recursos dos serviços de saúde. Para lidar com o problema, a ONG Serviços Católicos de Assistência iniciou programas que permitem que as famílias e comunidades cuidem dos soropositivos em suas próprias casas.

Matthew Hanley é assessor técnico em HIV/Aids da organização Serviços Católicos de Assistência, agência de ajuda e desenvolvimento internacional da comunidade católica dos EUA.

Enfraquecido em consequência da tuberculose e da Aids, Linson Gipton repousa em uma esteira de palha, apoiado em seus cotovelos. À sua volta, quatro paredes de tijolo de barro logo formarão sua nova casa, na cidade de Sandu, no Malawi, país da África meridional. Acima, uma treliça feita de varas de bambu será preenchida com caniços para completar o teto.

Junto a Gipton estão dois homens e uma mulher trajando com orgulho roupas coloridas que os identificam como voluntários do projeto de atendimento domiciliar da diocese de Dedza do Malawi, parceira da Serviços Católicos de Assistência (CRS). Eles cuidam de Gipton, seu vizinho de 29 anos, dando-lhe atendimento em saúde e apoio para que não precise se deslocar até um posto de saúde distante.

Mas os voluntários estão fazendo mais do que sua função exige: estão construindo uma casa para Gipton morar com a esposa e os três filhos.

Quando perguntado de que forma esses voluntários o ajudaram, o frágil Gipton fica animado. Um amplo sorriso ilumina seu rosto. “Eles estão construindo esta casa para minha família”, diz. “Quando eu melhorar, gostaria de me unir aos voluntários e usar meu tempo para ajudar outras pessoas”.

INICIATIVAS E SERVIÇOS DA CRS

Atualmente, mais de 40 milhões de pessoas vivem com HIV/Aids, e quase três quartos delas estão na África. A organização Serviços Católicos de Assistência iniciou seus primeiros programas de HIV/Aids em Masaka, Uganda, em 1989. Hoje, a CRS tem programas de HIV/Aids em quase 50 países da África Subsaariana e nas áreas mais atingidas da Ásia, Europa e América Latina.



Elinat Masoankhumbria, Moses Chembe e Manuel Jairos, voluntários que tratam de pacientes em domicílio na diocese católica de Dedza, parceira da organização Serviços Católicos de Assistência, visitam Linson Gipton, que sofre de Aids. Os voluntários estão construindo esta casa para Gipton

A ONG Serviços Católicos de Assistência promove programas comunitários que atendem às necessidades dos soropositivos, combatem as principais causas da Aids e reduzem a proliferação do HIV. A CRS e sua ampla rede de dioceses católicas, instituições de saúde e outras organizações religiosas prestam uma gama de serviços, nos quais o cuidado e a prevenção caminham lado a lado. Esses serviços incluem orientação, testes iniciais, cuidados em domicílio e paliativos, apoio nutricional e ajuda a órfãos e crianças vulneráveis.

Um outro raio de esperança no combate a essa pandemia é representado pelas drogas anti-retrovirais, combinação de medicamentos que ajuda a reverter a progressão do HIV no organismo. Em 2004, como resultado de um projeto financiado pelo Plano de Emergência do Presidente para Combate à Aids (Pepfar), a CRS tornou-se a agência líder de um consórcio de cinco organizações cuja finalidade é ampliar o tratamento anti-retroviral de pessoas portadoras do HIV na África, Caribe e América Latina. Os outros membros do consórcio são Instituto de Virologia Humana da Universidade de Maryland, Conselho das Missões Médicas Católicas, Interchurch Medical Assistance, Inc e Futures Group. O consórcio, denominado AIDSRelief, fornece atualmente terapia anti-retroviral para mais de 15 mil pessoas em nove países da África e América Latina. Estima-se que o AIDSRelief receba um total de US\$ 335 milhões em cinco anos.

Por meio de financiamento do Pepfar, a CRS está gerenciando outros projetos plurianuais de milhões de dólares destinados a prevenir a transmissão da Aids e ajudar órfãos e crianças vulneráveis. Evitar Riscos, Reafirmar a Vida, programa de prevenção da Aids da CRS com duração



Chris Thomas/ Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

Jovem etíope, órfã da Aids, é atendida em centro comunitário

de cinco anos, atingirá mais de 1,35 milhão de beneficiários (jovens, pais e clero) em países como Etiópia, Uganda e Ruanda, por meio de mensagens interativas sobre abstinência sexual e fidelidade. Um outro projeto, também com duração de cinco anos, dá grande apoio, principalmente na forma de assistência educacional, alimentar e psicossocial, a mais de 56 mil órfãos e crianças vulneráveis de países como Tanzânia, Quênia, Zâmbia, Ruanda e Haiti.

Graças ao financiamento da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional, a CRS distribui também alimentos a famílias afetadas por HIV e Aids. Pelo fato de as pessoas portadoras de HIV e Aids terem mais necessidades nutricionais, melhorar a nutrição significa melhorar a qualidade e a expectativa de vida, principalmente se combinado com terapia anti-retroviral.

Muitas outras iniciativas da CRS são financiadas pela iniciativa privada, como os programas comunitários de tratamento em domicílio. No Malawi, onde 16% dos adultos são HIV positivos e mais de um terço das crianças com menos de 15 anos perdeu pai ou mãe em consequência da Aids, a CRS financia programas de tratamento em domicílio em três dioceses católicas: Dedza, Mzuzu e Zomba.

COMPARTILHAR A ESPERANÇA DE VIVER

A filosofia por trás do tratamento comunitário baseia-se na simples realidade do mundo em desenvolvimento: os postos de saúde e hospitais muitas vezes localizam-se a muitos quilômetros de distância das aldeias, o que os torna inacessíveis aos pacientes que não possuem outro meio de locomoção além de seus próprios pés. Além disso, o custo do tratamento de uma doença crônica como a Aids rapidamente esgota os recursos financeiros do paciente. E a abrangência da pandemia de Aids tem exigido muitos recursos dos serviços de saúde.

Sendo assim, a ONG Serviços Católicos de Assistência e seus parceiros preenchem uma lacuna crítica no tratamento das pessoas portadoras de HIV/Aids ao permitir que as famílias e as comunidades cuidem dos doentes em suas próprias casas. Os programas da CRS proporcionam aconselhamento, treinamento em cuidados com a saúde e suprimentos como alimentos, roupas, cobertores e remédios - e às vezes a própria casa. Ao financiar os voluntários da comunidade, a CRS não apenas ajuda a reduzir o estigma da doença, mas mantém as famílias unidas e melhora a capacidade dos membros da comunidade de se ajudar mutuamente.

Os voluntários que fazem tratamento domiciliar às vezes criam vínculos estreitos com seus pacientes, proporcionando o companheirismo e a compaixão que, de modo geral, são as primeiras perdas causadas pela doença. Há três anos, Tiwonge James, 20 anos, viu mãe e pai morrerem em consequência da Aids. Agora ela é portadora do HIV. (Ela) luta para tocar a vida, cuidando de suas irmãs, de nove e onze anos, e do irmão de três. Antes de ficar doente, James fazia rosquinhas de massa fritas para vender, mas agora está debilitada demais para trabalhar e depende financeiramente do marido. Embora more com seu marido, James tem a responsabilidade de cuidar de seus irmãos.

Uma vez por semana, Mercy Kamtambe, voluntária sênior do programa da CRS na diocese de Dedza, visita James e leva alimentos e orientações nutricionais, ajudando-a também a cuidar das crianças. "Mercy ajuda-me a cuidar de meus irmãos, visto que sou a única pessoa com quem podem contar", diz James. "Às vezes me sinto sozinha. Mercy é minha boa amiga".

Kamtambe diz que tenta levantar o ânimo de seus pacientes, ensinando-os como cuidar de si mesmos e de suas famílias. "Estou ensinando Tiwonge a cozinhar para que ela possa começar a comer melhor", afirma. "Ser portador de HIV/Aids não significa o fim da vida. Pessoas com HIV/Aids devem ter a esperança de viver."

Todas essas atividades fazem parte de uma abordagem abrangente da Serviços Católicos de Assistência no combate à pandemia de Aids. A missão e os princípios norteadores da CRS dão ênfase ao compromisso da agência com a mitigação do sofrimento humano, o desenvolvimento das pessoas e a promoção da caridade e da justiça no mundo. É nosso dever prover tratamento e apoio para pessoas portadoras do HIV/Aids, prevenir a transmissão do HIV e reduzir o impacto da epidemia nas crianças, famílias e comunidades. ■

As opiniões expressas neste artigo são de responsabilidade do autor e não refletem necessariamente a posição nem as políticas do governo dos EUA.

MAIS PODER ÀS MULHERES: Um Sábio Investimento

Emily Sollie

Para muitas mulheres do mundo e, em especial, para as que moram nas zonas rurais, “um ciclo bastante comum” de pobreza, analfabetismo, tradições e normas culturais opressivas constitui obstáculo para que elas “participem plenamente e prosperem na sociedade”, afirma a autora. Esse já foi o caso das mulheres da região rural de Boulgou em Burkina Fasso. Mas graças às novas tecnologias e ao aconselhamento sobre práticas empresariais prestado pela Assistência Internacional da Igreja Luterana e sua organização parceira local Dakupa, as mulheres de Boulgou estão ingressando no mercado global para vender manteiga de karité. Hoje, essas mulheres desfrutam de rendimentos estáveis e de uma confiança renovada em sua capacidade de administrar com sucesso projetos comunitários.

Emily Sollie é gerente de relações com a mídia e de serviços editoriais da Assistência Internacional da Igreja Luterana, organização não-governamental com sede em Baltimore, Maryland, fundada em 1945 para atender às necessidades das comunidades devastadas pela Segunda Guerra Mundial. Desde então, a entidade evoluiu de agência de assistência voltada ao envio de recursos materiais para uma Europa arrasada pela guerra para se tornar uma agência que trabalha com parcerias em 50 países, a fim de ajudar as pessoas a plantar alimentos, melhorar a saúde, fortalecer a comunidade, acabar com os conflitos, criar meios de subsistência e recuperar-se de desastres naturais.

Setenta por cento dos pobres do mundo são mulheres e crianças. Esse fato lamentável significa que as mulheres sofrem de forma desproporcional em situações de conflito. Significa que, de modo geral, não têm acesso à educação, crédito, posse de terras e participação nas tomadas de decisão da comunidade e da família. E sugere que transformar o seu modo de vida pode ser a chave para a erradicação da pobreza e a construção de um mundo mais justo e pacífico.

Como cuidadoras, arrimos de família e membros da comunidade, as mulheres são fundamentais para o desenvolvimento social e econômico da família, da sociedade e do país. Mas as mulheres no mundo todo, em especial as que vivem nas zonas rurais, enfrentam uma batalha crônica contra a discriminação. Um ciclo bastante comum de pobreza, analfabetismo, tradições e normas culturais opressivas e falta de conhecimento sobre os direitos humanos básicos constitui um obstáculo para que as mulheres participem plenamente e prosperem na sociedade.

ABRINDO OPORTUNIDADES

A Assistência Internacional da Igreja Luterana (LWR) e outras organizações não-governamentais ajudam a estabelecer ligações e relacionamentos respeitáveis com populações que sofrem com opressão e pobreza. Por dirigir grande parte de nossas energias às mulheres, vimos repetidas vezes, em todas as áreas em que trabalhamos, que mulheres com mais poder tornam-se elementos catalisadores de mudança na família e na comunidade. Com as mulheres, a LWR encontrou maneiras de mudar tradições e normas culturais opressivas que privam as pessoas de sua dignidade.

Mesmo antes de as Nações Unidas estabelecerem a capacitação das mulheres como uma das Metas do Desenvolvimento para o Milênio, a LWR reconheceu o impacto poderoso que as mulheres podem exercer sobre a comunidade quando lhes são dadas as oportunidades adequadas. E nós na LWR elegemos a igualdade de gênero como tema subjacente a todo o nosso trabalho, estimulando a participação ativa dos homens e das mulheres em todos os aspectos dos processos de tomada de decisão.

Na África, a LWR e seus grupos parceiros de desenvolvimento capacitam mulheres para que elas aumentem sua renda mediante treinamento sobre técnicas de mercado e oferta de empréstimos e capacitação para abertura de pequenas empresas. Na Ásia, trabalhamos para informar as mulheres, em especial as das comunidades marginalizadas, sobre seus direitos legais e sobre como atuar em defesa de seus direitos nos âmbitos local e nacional. Na América Latina, trabalhamos para encurtar a distância entre ricos e pobres ajudando as famílias a aumentar sua renda por meio de métodos agrícolas sustentáveis e mais produtivos, assegurando que tanto os homens quanto as mulheres se beneficiem com nossos projetos. Nos Estados Unidos, defendemos maior sensibilidade para com a igualdade de gênero nas políticas governamentais, nas políticas das instituições multilaterais, na comunidade empresarial e na sociedade civil.

Nosso trabalho com mulheres é facilmente ilustrado pelas histórias dos projetos que desenvolvemos com parceiros locais nas comunidades onde atuamos. São histórias sobre mulheres extraordinárias e fortes e sobre os benefícios que realizam quando lhes é dada a oportunidade de sair de uma situação de pobreza de longo prazo. Uma dessas histórias se passou em Burkina Fasso, um dos países mais pobres do mundo.



S. Colvey / IRDC/CRDI

Mulheres em Boulgou processam e vendem manteiga de karitê como parte de um projeto da Assistência Internacional da Igreja Luterana. Com essa pequena empresa as mulheres conseguem sustentar a família e atuar na comunidade

DESAFIOS E BATALHAS

As mulheres da zona rural de Boulgou, em Burkina Fasso, levantam todas as manhãs com clima quente e uma bela paisagem de relva amarelada e algumas árvores verdejantes. Levantam-se também para enfrentar vários desafios: analfabetismo disseminado, insegurança alimentar, falta de dinheiro para comprar roupas e remédios, pouco acesso à água potável e serviços de saúde geralmente muito limitados.

Tanto a pobreza quanto a tradição local impedem que a maioria das mulheres freqüentem a escola e se capacitem para ganhar a vida. Elas lutam para ter voz na tomada de decisão em casa e na comunidade. Raramente aprendem técnicas de prevenção a doenças comuns como diarreia e cólera. A maioria das famílias de Boulgou depende da agricultura para alimentação e subsistência, usando técnicas desatualizadas que exaurem os nutrientes do solo resultando em colheitas cada vez menores.

A consequência de todos esses problemas é uma luta diária para as mulheres – luta para alimentar a família,

manter-se saudável, participar das decisões que afetam sua vida e ganhar dinheiro para comprar artigos de necessidade básica. Mas há esperança para essas mulheres – esperança no coração e nas árvores verdejantes que salpicam a paisagem.

Essas árvores – árvores de karitê – representam um recurso natural valioso. Elas dão frutos cujas nozes podem ser processadas em uma variedade de produtos, entre eles a manteiga de karitê – ingrediente comum em cosméticos como loção para o corpo e bloqueador solar. As mulheres de Boulgou já processavam essas nozes manualmente para fazer produtos de uso doméstico, como óleo de cozinha, creme para o corpo e sabonete. Usavam também as cascas das nozes para fazer fogo cuja fumaça constitui um repelente natural contra mosquitos – um efeito salvador de vidas em uma região onde a malária mata milhares de pessoas por ano.

COMERCIALIZAÇÃO E MECANIZAÇÃO

Mas, para vender a manteiga de karitê no mercado global e conseguir rendimentos estáveis, as mulheres precisavam processar grandes quantidades de nozes. Precisavam de prensas a motor para processar volumes maiores de nozes e de forma mais rápida, e assim produzir mais manteiga para vender às empresas e aumentar o lucro. A Assistência Internacional da Igreja Luterana e sua organização parceira local, Dakupa, compraram prensas a motor para dois grupos de mulheres da região. A Dakupa treinou as mulheres para operar e fazer a manutenção das prensas, além de capacitá-las na elaboração de sistemas de produção, gerenciamento financeiro e manutenção de um bom registro contábil de despesas e lucros. Após o treinamento, essas mulheres receberam pequenos empréstimos para comprar grandes quantidades de nozes de outras mulheres especializadas em colher os frutos das árvores.

Antes, as mulheres trituravam as nozes com as mãos, andavam vários quilômetros até outro vilarejo para fazer a prensagem e voltavam para casa para ferver e filtrar o óleo. Como esse trabalho era bastante pesado e rendia muito pouco, muitas mulheres simplesmente vendiam as nozes inteiras a preços irrisórios. Mas agora, vendendo o óleo e a manteiga, elas recebem quatro vezes mais o que recebiam vendendo as nozes inteiras. Além disso, podem alugar as prensas mecânicas para pessoas de outros vilarejos quando não estiverem trabalhando com elas, o que lhes dá outra fonte de renda.

Agora que as mulheres estão processando a manteiga de karitê com sucesso, a LWR e a Dakupa estão ajudando na comercialização do produto. As mulheres têm um contrato com uma empresa de cosméticos em Ouagadougou, capital de Burkina Fasso, e pretendem diversificar seus pontos de venda para aproveitar o mercado internacional de manteiga de karitê.

Esse projeto ajudou as mulheres de Boulgou a assumir o controle da própria vida. Elas agora ganham o suficiente para comprar roupas e remédios e são donas de uma empresa. Os homens desses vilarejos estão levando as mulheres mais a sério e começando a incluí-las no processo de tomada de

decisão da comunidade. E, agora que elas não precisam mais triturar as nozes com as mãos ou andar longos percursos para vendê-las, sobra tempo para outras atividades como o pequeno comércio, a fabricação de linhas para costura e o preparo da terra para o cultivo. Sua empresa de karitê lhes deu confiança e espírito de solidariedade, e elas aprenderam a administrar com sucesso um projeto comunitário.

Esse é apenas um exemplo do que as mulheres são capazes quando têm oportunidades. Um dos legados mais importantes que a Assistência Internacional da Igreja Luterana pode deixar para as comunidades são mulheres com mais poder – e homens participando de formas que lhes

permitam entender isso como uma mudança positiva. Isso pode levar as pessoas a assumir novos papéis, permitindo que tanto os homens quanto as mulheres aproveitem melhor seu potencial. A LWR considera seu trabalho com mulheres um imperativo moral. E acaba sendo também um investimento inteligente na redução da pobreza e na construção de comunidades e famílias saudáveis. ■

As opiniões expressas neste artigo não refletem necessariamente a posição nem as políticas do governo dos EUA.

PROMOÇÃO DOS DIREITOS LEGAIS DAS MULHERES EM BENIN

Alima, estudante de uma família Peulh do norte de Benin, foi prometida em casamento ao primo de sua mãe imediatamente após nascer, de acordo com a tradição local. Matriculada na escola por seus pais, concluiu o ensino fundamental aos 13 anos de idade e pretendia cursar o ensino médio. Infelizmente, nesse meio tempo, seus pais receberam um dote e outros presentes de seu “noivo”.

Quando a escola reabriu em outubro de 2004 após as férias de verão, Alima planejava retomar as aulas em uma escola local de ensino médio. No entanto, seu noivo achou que era o momento de reclamá-la. Embora Alima desejasse continuar os estudos, seu noivo não queria nem ouvir falar no assunto. O caso foi encaminhado à Associação de Mães de Alunos (AME) da região, e elas convenceram os pais de Alima a deixá-la continuar os estudos pelo menos até a oitava série.

Alima foi então matriculada em uma escola de ensino médio para meninas em Parakou. Passou os feriados de Natal hospedada em casa de outra família para evitar um possível seqüestro por seu noivo. Mas três dias depois que a escola reabriu após os feriados, a diretora comunicou que Alima havia desaparecido. Seus pais foram informados de que ela havia partido para um destino desconhecido supostamente porque pensava que, se voltasse para a residência das meninas, poderia morrer. No entanto, seu pai está convencido de que ela foi enfeitiçada. Esse é um exemplo típico de como o futuro de uma menina pode ser interrompido por causa de tradições retrógradas.

AUSÊNCIA DE DIREITOS DAS MULHERES

As maiores barreiras à autonomia das mulheres em Benin são o direito consuetudinário e as práticas tradicionais que negam às mulheres e meninas os direitos humanos mais básicos. Nessas sociedades tradicionais, as mulheres são definidas por suas relações com os homens, e há forte resistência à idéia de igualdade entre os sexos. Casamentos forçados ou precoces, troca de crianças, leviratos (prática que impõe à viúva o casamento com o irmão ou o filho do marido morto), poligamia, convenções da viuvez (quando as viúvas são obrigadas a cessar suas atividades por meses), obstáculos à herança e posse de terras pelas mulheres, violência doméstica e mutilação genital feminina são práticas corriqueiras que toleram a violência contra as mulheres e aumentam sua pobreza. Essas práticas impedem a democracia e retardam o desenvolvimento político e econômico de Benin porque mantêm a maioria das mulheres analfabetas, financeiramente dependentes de seus maridos e desestimuladas de participar das decisões políticas. Para corrigir essa situação, algumas mulheres decidiram se unir e planejar uma estratégia para melhorar sua vida e suas condições de trabalho. A Associação de Mulheres Advogadas de Benin (AFJB), organização sem fins lucrativos, foi fundada em janeiro de 1990 para promover os direitos

humanos, especialmente os das mulheres. A AFJB, com a colaboração da organização Mulheres na Lei e Desenvolvimento na África [Women in Law and Development in Africa - WiLDAF-Benin] e outras, trabalhou duro para o início e o desenvolvimento da nova legislação. Em 1990, o governo de Benin apresentou uma minuta do Código Legal da Pessoa e da Família. Depois de adaptado à constituição de Benin, o código foi votado em 14 de junho de 2004 e assinado pelo presidente da República em 24 de agosto de 2004.

Essa nova lei marca uma transição na história jurídica de Benin. As leis antigas não reconheciam nem protegiam os direitos e interesses das mulheres; agora, homens e mulheres dividem a responsabilidade pela criação de seus filhos. Poligamia, levirato e casamento forçado atualmente são proibidos. O dote agora é apenas simbólico e não pode ser devolvido em caso de divórcio. As crianças nascidas fora do casamento têm os mesmos direitos que os filhos legítimos, e as mulheres agora têm os mesmos direitos à herança que os homens.

A LUTA PELA APLICAÇÃO DA LEI

Infelizmente, o Código da Pessoa e da Família ainda é desconhecido de grande parte do público e não é totalmente observado. Por ignorância ou insubordinação, magistrados e juízes continuam a aplicar o direito consuetudinário – mesmo com a aprovação das novas leis. Existe falta de conhecimento generalizada e resistência à aplicação dos princípios que defendem os direitos das mulheres. O governo nem mesmo baixou decretos para garantir que a lei seja cumprida e que a dualidade legal chegue ao fim.

Fundadora e ex-presidente da AFJB, a juíza Clotilde Médégan-Nougbodé atualmente preside o Tribunal Superior de Justiça de Benin e é membro do Tribunal Constitucional. Durante a apresentação do novo código em uma comemoração do Dia Internacional da Mulher, Médégan-Nougbodé afirmou que o Código da Pessoa e da Família é uma ferramenta para o desenvolvimento e a promoção da família e que se aplica ao ser humano, homem e mulher, do nascimento até o fim da vida. Ela citou a necessidade de conscientização de todos os cidadãos sobre o novo código.

INICIATIVA PELOS DIREITOS LEGAIS DAS MULHERES

O Escritório de Desenvolvimento da Mulher da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) trabalha desde 2002 com a ONG Chemonics para fazer avançar os direitos legais, civis, de propriedade e humanos das mulheres por meio da Iniciativa pelos Direitos Legais das Mulheres (WLR). Benin é um dos países beneficiados. A WLR-Benin está trabalhando estreitamente

com a missão da USAID em Benin e a subcomissão de gênero para integrar as atividades do programa de direitos legais das mulheres à lista de atividades da missão.

A fim de identificar os obstáculos à garantia e ao exercício pleno dos direitos legais das mulheres em Benin e definir o que deve ser feito a respeito, a equipe da WLR-Benin reuniu-se e conversou exaustivamente com as equipes internas da USAID/Benin, com ministros, ONGs, juízes, advogados e doadores internacionais. As atividades da WLR para vencer a resistência do direito consuetudinário concentram-se na educação e orientação sobre os direitos legais das mulheres. Isso inclui campanhas de conscientização pública, capacitação paralegal, elaboração de manuais e folhetos sobre o novo Código da Pessoa e da Família para profissionais da área jurídica, centros para a educação de adultos, centros de promoção social, workshops para líderes de comunidades e educação continuada para juízes e funcionários de nível médio do sistema judiciário.

A WLR-Benin lançou oficialmente as ferramentas de capacitação e conscientização em março de 2005, em cerimônia que contou com a participação de representantes do governo de Benin e de várias instituições e ONGs, que receberam jogos de manuais e folhetos. O pacote de materiais compreende manuais de treinamento e folhetos ilustrados editados em francês e em quatro dialetos locais – Fon, Adja, Batonou e Dendi.

A WLR-Benin também organizou sessões de leitura em várias regiões do país quando o código foi apresentado às populações em sua língua nativa. De acordo com os participantes, essas sessões foram muito úteis e ajudaram a conscientizar a população sobre a nova lei. ■

Fonte: Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional, preparado por Sandrine Dossou-Yovo, USAID/Benin.

MULHERES CAMBOJANAS CANDIDATAM-SE PELA PAZ

Ung Vathana, ex-produtora e vendedora de hortaliças, agora é chefe de sua província em Kompong Cham, Camboja. Dentre as mais de 12 mil mulheres que puseram seus nomes na cédula das eleições comunaes de 2002 no Camboja, Vathana e outras como ela criaram condições para as eleições da Assembléia Nacional de 2003, na qual mais de 900 deputadas foram eleitas – um aumento de 8.900% em relação às 10 mulheres que serviram à assembléia nos anos anteriores. Dois terços das mulheres eleitas haviam participado das sessões de treinamento oferecidas pela organização não-governamental (ONG) Mulheres pela Prosperidade, que tem o respaldo da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) e sede em Phnom Penh.

Há uma década a USAID auxilia a ONG Mulheres pela Prosperidade a promover a educação dos eleitores e a participação das mulheres no governo. Trabalhando com políticos, eleitores e a mídia para defender a maior inclusão das mulheres em todas as esferas do governo, a Mulheres pela Prosperidade publica uma revista que incentiva a liderança feminina, as reformas democráticas e a não-violência. A organização também já capacitou mais de 5.500 mulheres a candidatar-se ao exercício de um cargo político.

Três décadas de violência impediram o estabelecimento de instituições democráticas sólidas no Camboja. As facções políticas criaram um clima de inquietação e instabilidade que excluiu grande parte da população das decisões do governo, limitando assim sua capacidade de atender às necessidades do povo. Sob o governo do Khmer Vermelho – partido comunista do Camboja – tantos homens foram mortos que hoje 28% das mulheres cambojanas são viúvas e 56% da população é composta por mulheres. Conseqüentemente, elas foram forçadas a assumir novos papéis no mundo dos negócios e na família. Algumas tiveram de arrumar mais de um emprego para poder sustentar a família.

No entanto, antes das últimas eleições, as mulheres não podiam participar do processo de governo no Camboja. Por isso, as cambojanas não eram vistas nos corredores do governo, e as questões de interesse feminino não figuravam entre os assuntos prioritários nas eleições locais e nacionais.

A ONG Mulheres pela Prosperidade está trabalhando para corrigir essa desigualdade e tentando conscientizar a população da importância das mulheres no desenvolvimento do país. À medida que prepara mulheres qualificadas para entrar na política, a organização também procura criar uma base de eleitoras politizadas que possa ser posta em ação.

A Mulheres pela Prosperidade dá treinamento a futuros líderes, incentivando os homens a participar junto com as mulheres. A ONG treina homens e mulheres para que os primeiros se conscientizem dos interesses de cada sexo e reconheçam que as mulheres devem participar do desenvolvimento e da tomada de decisões do país. A organização espera que esse sentido de cooperação seja

repassado ao trabalho dos homens nos conselhos governamentais.

De um grupo inicial de 80 mulheres e homens dos três principais partidos políticos do Camboja que receberam treinamento, 59 foram escolhidos para receber o “diploma de instrutor”. Os instrutores formados retornaram a suas respectivas províncias para organizar outros workshops. Das mais de 5.500 mulheres que foram treinadas por esse processo, 60% registraram-se como candidatas nas eleições de 2002. As mulheres vieram de 24 províncias e 208 distritos; mais de 60% tinham apenas o ensino fundamental e representavam uma ampla faixa de idades, de 25 a 62 anos.

As sessões do workshop concentram-se em oito lições: mulheres e política, gênero, liderança, gerenciamento e preparação, candidatura às eleições, descentralização, lei eleitoral e o papel dos conselhos comunaes. Os candidatos em geral, tanto homens quanto mulheres, conhecem pouco sobre descentralização, e as sessões de treinamento lhes ensinam os meios pelos quais o poder sobre os assuntos de interesse das comunas está sendo transferido do governo nacional para as mãos dos conselhos comunaes.

Para que as sessões de treinamento sejam práticas, acessíveis a pessoas de diferentes graus de instrução e tratem de questões vitais ao país, o grupo costuma usar o método da encenação. Em um workshop sobre estilos de liderança, por exemplo, alguns dos participantes assumem o papel de líderes democráticos, enquanto outros representam figuras autoritárias para apresentar aos espectadores um cenário mais realista. Esses futuros formuladores de políticas logo percebem que as decisões e as políticas elaboradas com o envolvimento dos cidadãos são mais sólidas e sustentáveis do que aquelas que não têm participação democrática.

Com o apoio da USAID, a ONG Mulheres pela Prosperidade agora se concentra nas mulheres anteriormente associadas ao Khmer Vermelho, integrando seus interesses às iniciativas da sociedade civil local. Por exemplo, a organização conseguiu influenciar o governo a garantir que as listas dos partidos políticos para a Assembléia Nacional incluam mais mulheres. Além disso, por meio de iniciativas legislativas bem-sucedidas da ONG, uma nova lei que autoriza a criação de comitês de mulheres e crianças nos conselhos governamentais está mudando a forma como estes últimos trabalham e está influenciando as questões, prioridades e agendas que eles discutem.

À medida que adquire mais experiência, a Mulheres pela Prosperidade vai levando sua mensagem ao interior do país. Como até os vilarejos mais pobres e mais distantes têm televisão e gravadores de fita, a organização produz fitas de vídeo e fitas cassete sobre educação de eleitores, explicando desde “O que é uma eleição?” até “Por que as mulheres devem ser eleitas?” Distribui as fitas cassete e de vídeo para os templos, foco importante da vida comunitária na maioria das áreas rurais. Além disso, as mulheres e os ativistas da ONG passam horas pedalando suas bicicletas pelas comunidades



NDI/ Camboja

Mulheres cambojanas participam de treinamento para instrutores de mulheres ativistas em Kampot, em julho de 2004. As participantes freqüentaram um curso de três dias sobre recrutamento de novos membros e então, no quarto dia, organizaram seu próprio evento de grande alcance

rurais e cidades, com aparelhos de fita cassete alimentados por bateria e caixas acústicas, transmitindo as mensagens das fitas para todos aqueles que estão por perto.

Todo esse esforço foi recompensado, e as deputadas das comunas agora conseguem expressar suas opiniões e se fazer ouvir em questões como a saúde da mulher e o desenvolvimento de canais que são vitais para o comércio e o transporte no Camboja. As mulheres querem participar do governo local porque acreditam que têm mais condições de entender os problemas das outras mulheres. Como disse Keang Siphon, subchefe da comuna de Sambourmeas, "Decidi me candidatar à eleição porque quero ajudar as mulheres do meu vilarejo, principalmente as viúvas. As viúvas constituem 30% da população. Se for eleita, ajudarei essas mulheres a se ajudarem sem depender dos homens."

A vizinha de Keang Siphon concorda. "Queremos que mais mulheres do Khmer sejam candidatas porque as mulheres não resolvem os problemas por meio da força e das armas. As mulheres são as mães do mundo." ■

Fonte: Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional, preparado pelo Escritório para a Ásia e Oriente Próximo.

PROTEÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS DA NAMÍBIA

Kristina Stefanova

Desde 1992, a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional financia a criação de estruturas comunitárias para conservar a biodiversidade da Namíbia e dela tirar proveito. Essas unidades de conservação, lar de quase 100 mil pessoas, estão autorizadas a manejar a vida selvagem e outros recursos naturais para gerar emprego e renda para as comunidades rurais. Elas têm seus próprios regulamentos, políticas, procedimentos e planos de manejo. E como este artigo descreve, muitas delas caminham para a lucratividade e auto-suficiência – ou já as alcançaram.

Kristina Stefanova é subeditora-gerente da publicação Frontlines da USAID.

A Namíbia, país grande e árido situado no sudoeste da África, tem governo democrático, infra-estrutura relativamente boa e recursos naturais abundantes. Embora a mineração e a pesca estimulem a economia, a maior parte da população ganha a vida com dificuldade na agricultura de subsistência e no que se poderia chamar de exploração de recursos naturais. É interessante o fato de o turismo responder por quase 10% do produto interno bruto do país, contribuindo de maneira expressiva para emprego e renda na área rural.

A Namíbia é o primeiro país do mundo a incorporar proteção ambiental em sua Constituição. O artigo 95 dispõe que “O Estado atuará na promoção e na manutenção do bem-estar do povo adotando, entre outras, políticas destinadas a: manter os ecossistemas, processos ecológicos essenciais e a biodiversidade da Namíbia, utilizando os recursos naturais vivos de maneira sustentável, em benefício de todos os cidadãos no presente e no futuro”. Ademais, o Artigo 91 estabelece que um ouvidor será responsável pela apuração das reclamações contra “uso predatório de recursos naturais vivos, exploração irracional de recursos não renováveis, degradação e destruição dos ecossistemas e incapacidade de proteger a beleza e os atributos característicos da Namíbia”. Atualmente, quase 14% do país conta com áreas protegidas. À medida que aumentam as áreas protegidas, torna-se cada vez mais importante ajudar as comunidades rurais que vivem nas áreas de conservação ou próximo a elas a obter lucro na proteção da terra e de seus recursos.

OS BENEFÍCIOS DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Desde 1992, a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), por meio de sua missão na Namíbia, financia a criação de estruturas comunitárias para conservar a biodiversidade e dela tirar proveito. Até agora, a USAID já investiu quase US\$ 40,3 milhões nesse programa – verba complementada por recursos ainda maiores fornecidos por investidores privados e outros doadores durante o ano de 2004.

Em 2005, a USAID financiou a terceira fase (2005-2010) do Programa de Manejo Comunitário dos Recursos Naturais (CBNRM), que está sendo implementado por um consórcio dirigido pelo Fundo Mundial para a Natureza (WWF) em parceria com o governo da Namíbia e uma rede de organizações não-governamentais (ONGs) locais. O CBNRM ajuda na criação e no desenvolvimento de unidades de conservação comunitárias, que têm autorização para manejar a vida selvagem e outros recursos naturais, com o objetivo de gerar emprego e renda nas comunidades rurais. Promove também o manejo integrado de todos os recursos de propriedade coletiva situados nessas unidades. Esses recursos são geridos mediante legislação que garante compatibilidade. Por exemplo, a lei garante que os planos de manejo conservacionista não sejam transgredidos durante os processos de alocação e administração da terra.

Os membros de cada unidade de conservação elegem uma comissão para supervisionar o desenvolvimento e a gestão dos recursos comunitários. A comissão inclui homens e mulheres das comunidades, dando-lhes voz nas decisões de governança local. Os representantes das comunidades que atuam nas comissões prestam contas às suas comunidades após as várias reuniões e, muitas vezes, convidam representantes dos governos locais para trocar informações. Apenas as comunidades que recebem cotas de vida selvagem prestam contas ao governo nacional sobre a utilização dessas cotas.

“Dada à sua organização estrutural, essas unidades de conservação são grandes avenidas através das quais levamos informações sobre HIV/Aids e educação cívica nas áreas rurais”, diz Tina Dooley-Jones, diretora de programas técnicos da USAID na Namíbia.

As unidades de conservação obtêm receitas expressivas ao fazerem joint ventures com investidores privados para abrir pousadas para praticantes de safári ou negociar acordos de permissão de caça esportiva. Membros das comunidades



Lori Waselchuk/ Associated Press

Guepardo repousa à sombra de uma árvore na África meridional

também ganham dinheiro com produção e venda de artesanato. Exceto tais receitas pessoais, os demais ganhos das unidades de conservação vão para um fundo comum. Uma parte da receita das unidades vai para projetos comunitários, como escolas, postos de saúde e estradas. Por exemplo, em 2003, a Unidade de Conservação Torra contribuiu com mais de US\$ 2 mil para a reforma da escola local e comprou uma fotocopiadora para essa escola. Contribuiu também com quase US\$ 1 mil para a creche local. Em 2003, a Unidade de Conservação Khoadi Hoas doou mais de US\$ 3 mil às escolas locais e forneceu diesel a agricultores para bombear água para seus animais de criação e para os elefantes. Em 2004, a Unidade de Conservação Nyae Nyae forneceu recursos para manutenção de pontos de abastecimento de água e proteção contra elefantes, com a finalidade de garantir água para consumo humano e animal. Os recursos restantes nesses fundos são, de modo geral, distribuídos aos residentes como dividendos por sua participação como membros da unidade de conservação.

Segundo sua estratégia 2005-2010 para a Namíbia, a USAID ampliará o manejo da conservação da vida selvagem para incluir supervisão comunitária de uma gama maior de recursos naturais, entre eles florestas, áreas de pesca e pastos. Há ênfase também na capacitação para desenvolvimento de negócios e em projetos de treinamento para atividades geradoras de renda.

RESULTADOS

As 31 unidades de conservação cadastradas oficialmente faturaram US\$ 2,35 milhões em 2004, em comparação a valores de menos de US\$ 100 mil em 1995. Quatro dessas unidades são agora auto-sustentáveis, e seis delas deverão ter lucros até 2006. Onze unidades não obtiveram qualquer receita até o fim de 2003, sobretudo porque estão recém-registradas e ainda em processo de desenvolvimento de seus empreendimentos. O restante das unidades de conservação encontra-se em diferentes estágios de desenvolvimento e

contribuem minimamente com seus custos operacionais, inclusive salários dos funcionários.

Quase 100 mil cidadãos da Namíbia residem em unidades de conservação, sendo que cerca de 3.800 pessoas estão empregadas como guarda-caças, caçadores, artesãos e funcionários em pousadas e campings. As unidades de conservação são entidades autogeridas com seus próprios regulamentos, políticas, procedimentos e planos de manejo. Os residentes das unidades de conservação estão sujeitos ao direito consuetudinário sob as respectivas autoridades tradicionais.

As unidades de conservação cadastradas protegem quase 8 milhões de hectares de terras comunais, além de 11,2 milhões de hectares já protegidos pelo governo. Segundo Gary Newton, diretor da missão da USAID na Namíbia, "até o término de nosso apoio financeiro às unidades de conservação, em 2010, quase 18% do total de terras da Namíbia estarão regidos por um sistema sustentável de manejo de recursos naturais, e a biodiversidade terá sido ampliada".

A Unidade de Conservação Torra, primeira a se tornar auto-suficiente, distribuiu cerca de US\$ 75 a cada membro da área em 2003 – equivalentes à metade da renda anual média. Mas em 2004 não foi feita distribuição de dinheiro. Em vez disso, a entidade comprou dois veículos, um deles uma ambulância para transportar doentes que precisam de cuidados médicos avançados para um hospital situado a cerca de 300 quilômetros da unidade de conservação. Foi dada também indenização de cerca de US\$ 16 mil em dinheiro a agricultores que perderam animais devido à ação de predadores. Esquemas similares de compensação estão sendo realizados em pelo menos cinco outras unidades de conservação.

Em 2004, a Unidade de Conservação Torra foi um dos seis ganhadores de um prêmio internacional do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas. Neste ano, o Damaraland Camp, pousada para praticantes de safáris localizada na unidade de conservação, ganhou o prêmio *Tourism for Tomorrow 2005* na área de conservação ambiental durante a cúpula da organização *Global Tourism*. Essa premiação reconhece as melhores práticas de turismo responsável do mundo.

Em 2005, a Unidade de Conservação Torra alocou recursos para três grandes projetos. O primeiro deles é a construção de um camping, estimada em US\$ 50 mil, que deverá criar entre 10 e 15 novos postos de trabalho na comunidade. A segunda iniciativa é um projeto de horta no valor de US\$ 20 mil para produção comercial de páprica e frutas cítricas em terra comunal e de legumes para consumo local. Os legumes serão distribuídos gratuitamente aos idosos e doentes, e as sobras vendidas à comunidade para recuperar custos. Esse projeto está solicitando financiamento adicional ao governo da Namíbia, por meio do programa *Esquema Verde* implementado pelo Ministério da Agricultura, Água e Reflorestamento. O terceiro projeto envolve a construção de uma nova creche ao custo de US\$ 6.500.

AUMENTO DAS POPULAÇÕES DE ANIMAIS SELVAGENS

Até a metade dos anos 1990s, a vida selvagem na Namíbia sofreu grandes perdas devido à caça ilegal. A caça ilegal diminuiu muito, principalmente graças ao trabalho dos guarda-caças da comunidade e ao maior valor que as comunidades aprenderam a dar à vida selvagem. Como resultado, os animais selvagens estão retornando às unidades de conservação. Agora há mais elefantes, antílopes, búfalos, zebras Hartmann, gazelas e leões do que jamais houve nos tempos modernos. A Namíbia tem também a maior população de rinocerontes pretos, cujos bandos duplicaram ao norte da região de Kunene nos últimos 12 anos. O país é o lar também de 2.500 guepardos, a maior população mundial desses felinos.

“Doações de animais selvagens, principalmente por fazendas e governo, têm ajudado as unidades de conservação a aumentar as populações desses animais e refletem uma crescente confiança na capacidade delas de ser bons guardiões do meio ambiente”, diz Tina Dooley-Jones.

O projeto é bem-sucedido, diz, porque “atinge o aspecto da governança – estamos trabalhando com pessoas da área rural que podem ser muito fortes politicamente quando se trata da governança local e da utilização de seus recursos. Tem a ver também com biodiversidade e conservação. As pessoas não vão conservar nem usar os recursos naturais de maneira sustentável, a menos que usufruam dos benefícios da conservação. E, claro, há o aspecto do ganha-pão. Lá, as pessoas têm pouca ou nenhuma fonte de renda. Assim, esse é um verdadeiro programa de redução da pobreza”. ■

NOVAS FORMAS DE VER A PAISAGEM

Algumas nações em desenvolvimento, apesar de pobres em bens de capital, são ricas em recursos naturais vegetais - principalmente florestas. Essas florestas têm um valor que transcende à madeira e ao habitat por elas fornecidos. Pode-se pensar nelas como bancos repletos de carbono no lugar de dinheiro. À medida que aumentam a preocupação sobre o aquecimento e a atenção para a redução das emissões, as florestas dos países em desenvolvimento vão se tornando valiosas pelo dióxido de carbono que elas retiram da atmosfera e armazenam - ou sequestram.

Durante o processo de crescimento, a vegetação retira dióxido de carbono do ar, neutralizando as emissões poluidoras dos veículos e de outras atividades humanas. Um número cada vez maior de países e indústrias está procurando formas de compensar suas emissões de carbono, e a promoção do manejo florestal é um bom modo de fazer exatamente isso. O interesse e os investimentos em programas florestais de manejo de carbono vêm crescendo. Os países pobres com florestas abundantes têm nova possível fonte de renda e novos incentivos para manejar suas florestas de forma criteriosa.

O manejo florestal depende de um bom conhecimento da base de recursos, de planejamento e políticas sólidas e do importante apoio da população local. Informações precisas são cruciais para o processo. A Winrock Internacional, organização sem fins lucrativos com sede nos EUA que promove o manejo dos recursos naturais e a sustentabilidade ambiental, acredita que as nações em desenvolvimento deveriam ter acesso ao mesmo tipo de dados que os países desenvolvidos usam para tomar decisões. Para tanto, a Winrock desenvolveu ferramentas baratas e de alta qualidade - conhecidas em conjunto como imagens aéreas digitais - para avaliar a saúde dos recursos florestais, explorar o uso da terra, desenvolver planos de manejo e monitorar as florestas ao longo do tempo.

As imagens aéreas digitais e os dados por ela gerados abrem às comunidades locais, governos e pesquisadores nova perspectiva sobre o ambiente que os cerca. Essas imagens possibilitam que as pessoas vejam, em muitos casos pela primeira vez, o impacto que exercem sobre o meio ambiente. Em consequência, elas estão adotando práticas agrícolas sustentáveis que aumentam a produção e a renda, reduzindo a necessidade de os agricultores estenderem as plantações para dentro das áreas florestais. As comunidades estão usando melhor as matérias-primas florestais, acrescentando valor local para incrementar o ganho econômico e conter a extração incontrolada de madeira. O desenvolvimento de pequenas empresas com base em produtos florestais que não sejam a madeira está introduzindo novas formas de gerar renda, poderoso incentivo para a preservação das florestas.

As imagens aéreas digitais representam ferramenta para que os tomadores de decisão meçam e monitorem com precisão as transformações no uso da terra, desenvolvam políticas e definam prioridades. Eles conseguem ver os

impactos das decisões e das políticas sobre os recursos e como o envolvimento de todas as partes interessadas pode levar ao sucesso do manejo a longo prazo. Os pesquisadores estão obtendo informações tão refinadas que conseguem documentar a correlação entre o processo de frutificação de árvores e plantas e as mudanças na vida selvagem. Conseguem acompanhar doenças e pragas de uma floresta, monitorar ecossistemas delicados e determinar as estratégias corretas para atender às necessidades das pessoas e dos animais que dela usufruem.

E o mais importante: as atividades de manejo, medição e monitoramento de floresta fornecem os dados e a documentação necessários para atrair investidores interessados em compensar as emissões de gases de efeito estufa comprando carbono armazenado nas florestas. Esse setor crescente e lucrativo tem potencial para contribuir substancialmente para o desenvolvimento de muitas nações emergentes.

Utilizando sua tecnologia M3DADI (imagens aéreas digitais multiespectrais tridimensionais) como base, a Winrock desenvolveu um conjunto de tecnologias que possibilitam medir, monitorar e analisar de forma econômica e precisa itens como: ativos ecológicos, biodiversidade, uso da terra, produção do habitat, qualidade da água e carbono sequestrado nas florestas e em outras vegetações. Com treinamento, a população local aprende a usar a tecnologia da Winrock para seu maior benefício e a participar da definição de prioridades e da medição e monitoramento das mudanças no uso da terra.

O trabalho da Winrock em sustentabilidade ambiental na América Latina inclui atividades em Belize, Bolívia, Brasil, Costa Rica, Equador, Guatemala, México e Peru. Esforços recentes levaram a planos de medição e monitoramento de carbono que cobrem uma área de aproximadamente 931 mil hectares de terra e representam, segundo estimativas, 49,96 milhões de toneladas de carbono sequestrado.

É de extrema importância para esse trabalho capacitar organizações não-governamentais, comunidades locais e outras entidades a conduzir a verificação e a análise necessárias para manter as atividades de medição e monitoramento no longo prazo e tirar o melhor proveito possível das informações oferecidas por essa tecnologia. O potencial que esse trabalho representa em mudança climática global e no comércio de créditos de carbono gerará enormes benefícios às populações locais e aos países em todo o mundo.

Em larga escala, a tecnologia de ponta da Winrock está causando impacto global por meio do trabalho de várias organizações de financiamento. A coleta de dados e a metodologia estão possibilitando que a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional acompanhe com mais precisão o impacto de seus financiamentos sobre os estoques globais de carbono. A Winrock também desenvolveu um método para que pessoas não especializadas possam rastrear carbono no uso da terra e em projetos

PRESERVAÇÃO DAS FLORESTAS RUSSAS

O futuro das florestas depende das comunidades, dos Montes Urais ao Oceano Pacífico. A parte oriental da Rússia contém 22% das florestas do planeta. Essas florestas são importantes não apenas pelos benefícios econômicos óbvios que representam, mas também pelos ecossistemas nelas contidos. Em escala global, sua grande capacidade de armazenar carbono tem importância vital na redução de gases de efeito estufa na atmosfera, que contribuem para mudanças climáticas no planeta.

O trabalho ambiental da Winrock Internacional tem como alvo várias ameaças que põem em risco as florestas da região: incêndios de difícil controle que queimam milhares de hectares de mata todo ano; pragas devastadoras como a mariposa-cigana

(*Lymantria dispar*) e a mariposa da Sibéria

(*dendrolimus superans sibiricus*); extração sem controle e não sustentável de madeira com poucos benefícios para as comunidades trabalhadoras que tiram sustento dessas florestas.

Infelizmente, vários fatores, sobretudo as dificuldades econômicas atuais da Rússia, causam o desaparecimento de grandes porções de floresta sem qualquer compensação para os residentes. Sem os recursos necessários para o manejo, os órgãos do governo responsáveis pelas florestas nada podem fazer contra incêndios e irrupções de pragas impossíveis de controlar, além de extração ilegal e impune de madeira. Mesmo no caso de extração legal da madeira, a falta de capital para construir serrarias significa que a madeira é exportada em estado bruto, rendendo menos dinheiro que a madeira acabada.

A Winrock, por meio de seu projeto Recursos e Tecnologias Florestais (FOREST), financiado pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional, concede verbas e assistência técnica para a construção e modernização de serrarias e fábricas na Rússia. O projeto tem contribuído para aumentar a eficiência das serrarias existentes ao dar assistência à instalação de unidades de processamento de biomassa, que usam o calor da serragem – anteriormente um produto descartável – para secar a madeira e aumentar seu valor de exportação. Algumas unidades

aumentaram suas receitas em centenas de milhares de dólares por ano ao utilizarem a biomassa.

Uma organização parceira do FOREST desenvolveu um pacote de software chamado EcoSentinel, que prevê a ocorrência de lagartas da mariposa da Sibéria. O software registra contagens das populações de larvas de mariposa e resultados de monitoramento de feromônio de insetos

adultos, indicando automaticamente as áreas de alto risco. Como consequência, os focos podem ser contidos com menos trabalho e despesas.

Como parte de uma campanha de conscientização da população do projeto FOREST, alunos de teatro da cidade de Khabarovsk criaram e encenaram uma peça intitulada I Give You a

Thousand Years, que traz ao palco os perigos

dos incêndios florestais e seus consequentes prejuízos econômicos e ambientais. O FOREST apoiou um festival chamado Dia do Tigre no zoológico de Khabarovsk para divulgar a conservação do tigre Amur, animal habitante das florestas russas ameaçado de extinção. Usando os recursos do FOREST, muitos professores da Rússia incluíram ecologia florestal em seus cursos de Ciência Ambiental.

Em uma abordagem bastante inovadora, o projeto FOREST ajuda os residentes da área a ganhar dinheiro com suas florestas – sem derrubá-las – por meio da colheita de recursos renováveis, como pinhões, frutas silvestres e cogumelos. Com a ajuda do projeto, os membros da Associação Inter-Regional Siberiana de Produtores Orgânicos, juntamente com os membros de grupos semelhantes, participaram de uma grande exposição internacional, a Natural Products Expo West, da Califórnia. Nessa exposição, seus produtos foram vistos por visitantes de outros países, clientes potenciais de matérias-primas herbáceas e novos tipos de alimentos saudáveis, suplementos alimentares, óleos essenciais e cosméticos naturais. Como preparação para a exposição, os voluntários do FOREST treinaram participantes russos em técnicas de apresentação de trabalhos e de negociações internacionais. ■



Floresta na Sibéria

Winrock Internacional

BIBLIOGRAFIA

Adelman, Carol C., Jeremiah Norris e Jean Weicher. *America's Total Economic Engagement With the Developing World: Rethinking the Uses and Nature of Foreign Aid* [Participação Econômica Total dos Estados Unidos no Mundo em Desenvolvimento: Repensando os Usos e a Natureza da Ajuda Externa]. Livro Branco do Instituto Hudson. Washington, DC: Instituto Hudson, 28 de junho de 2005.
http://www.hudson.org/files/publications/Rethinking_Foreign_Aid.pdf

Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID). *Foreign Aid in the National Interest: Promoting Freedom, Security, and Opportunity* [Ajuda Externa de Interesse Nacional: Promoção de Liberdade, Segurança e Oportunidades]. Washington, DC: USAID, 2002.

Banco Mundial. *MiniAtlas of Global Development* [MiniAtlas do Desenvolvimento Global]. Washington, DC: Banco Mundial, 2004.

Banco Mundial. *Global Monitoring Report* [Relatório de Monitoramento Global]. Washington, DC: Banco Mundial, 2005.
<http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/TOPICS/GLOBALMONITORINGEXT/0,,pagePK:64022007~theSitePK:278515,00.html>

Banco Mundial. *World Development Indicators 2005* [Indicadores do Desenvolvimento Mundial 2005]. Washington, DC: Banco Mundial, 2005.
<http://www.worldbank.org/data/wdi2005/>

Banco Mundial. *The Little Green Data Book 2005* [O Pequeno Livro Verde de Dados Ambientais 2005]. Washington, DC: Banco Mundial, 2005.
<http://lnweb18.worldbank.org/ESSD/envext.nsf/44ByDocName/EnvironmentalIndicatorsCurrentInitiativesTheLittleGreenDataBook2005>

Clemens, Michael A., Charles J. Kenny e Todd J. Moss. *The Trouble With the MDGs: Confronting Expectations of Aid and Development Success* [O Problema com as MDGs: Relação entre Expectativas de Ajuda e Sucesso de Desenvolvimento]. Trabalho para Discussão nº 40. Washington, DC: Centro de Desenvolvimento Global, maio de 2004.
<http://www.cgdev.org/content/publications/detail/2749>

Copson, Raymond W. *Africa: U.S. Foreign Assistance Issues* [África: Questões de Assistência Externa dos EUA]. Código de Ordem CRS IB95052. Washington, DC: Serviço de Pesquisa do Congresso (CRS), 26 de julho de 2005.

D'Cruz, Celine e David Satterthwaite. *Building Homes, Changing Official Approaches: The Work of Urban Poor Organizations and Their Federations and Their Contributions to Meeting the Millennium Development Goals in Urban Areas* [Construção de Casas, Mudança na Abordagem Oficial: O Trabalho das Organizações para os Pobres Urbanos e as Contribuições de suas Federações para o Cumprimento das Metas de Desenvolvimento para o Milênio nas Áreas Urbanas]. Trabalho para discussão nº 16 da Série Redução da Pobreza em Áreas Urbanas. Londres: Instituto Internacional para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, Programa de Assentamentos Humanos, maio de 2005.
http://www.iied.org/docs/urban/urbpov_wp16.pdf

Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef). *The State of the World's Children 2005: Childhood Under Threat* [Situação Mundial da Criança em 2005: Infância Ameaçada]. Nova York: Unicef, 2004.
http://www.unicef.org/publications/index_2433.html

Gwatkin, Davidson R. "How Much Would Poor People Gain From Faster Progress Towards the Millennium Development Goals for Health?" [O Que Ganham os Pobres com o Avanço mais Rápido Rumo às Metas de Desenvolvimento para o Milênio na Área da Saúde?]. *The Lancet*, vol. 365, nº 9461, 26 de fevereiro de 2005, pp. 813-817.

International Resources Group (IRG). *Agriculture and Natural Resources Management Research Priorities Desktop Review* [Revisão das Prioridades em Pesquisa sobre Gestão da Agricultura e dos Recursos Naturais]. Washington DC: IRG, 2005.
http://www.usaid.gov/our_work/agriculture/ag_natural_resources_report_review.htm

Levine, Ruth *et al.* *Millions Saved: Proven Successes in Global Health* [Milhões de Vidas e de Dólares Poupados: Êxitos Comprovados em Saúde Global]. Washington, DC: Centro de Desenvolvimento Global, novembro de 2004.
<http://www.cgdev.org/content/publications/detail/2841>

Nowels, Larry. *Millennium Challenge Account: Implementation of a New U.S. Foreign Aid Initiative* [Conta do Desafio do Milênio: Implementação da Nova Iniciativa dos EUA para Ajuda Externa]. Código de Ordem CRS RL32427. Washington, DC: Serviço de Pesquisa do Congresso, 1º de julho de 2005.

Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). *FAO and the Challenge of the Millennium Development Goals: The Road Ahead* [A FAO e o Desafio das Metas de Desenvolvimento para o Milênio: O Caminho pela Frente]. Roma: FAO, 2005.
<ftp://ftp.fao.org/docrep/fao/meeting/009/j5259e/j5259e00.pdf>

Organização Mundial da Saúde (OMS). *Health and the Millennium Development Goals* [A Saúde e as Metas de Desenvolvimento para o Milênio]. Genebra, Suíça: OMS, 2005.
http://www.who.int/mdg/publications/mdg_report/en/index.html

Projeto das Nações Unidas para o Milênio. *Investing in Development: A Practical Plan to Achieve the Millennium Development Goals* [Investindo no Desenvolvimento: Um Plano Prático para Cumprir as Metas de Desenvolvimento para o Milênio]. Nova York: Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas, 2005.
<http://www.unmillenniumproject.org/reports/>

Radelet, Steven. "Bush and Foreign Aid" [Bush e a Ajuda Externa]. *Foreign Affairs*, vol. 82, nº 5, setembro/outubro de 2003, pp. 104-117.
http://www.cgdev.org/doc/commentary/Bush_and_Foreign_Aid.pdf

O Departamento de Estado dos EUA não se responsabiliza pelo conteúdo e disponibilidade dos recursos de outras agências e organizações relacionados acima. Todos os links da internet estavam ativos em agosto de 2005.

RECURSOS NA INTERNET

GOVERNO DOS EUA

Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

<http://www.usaid.gov/>

Centros de Controle e Prevenção de Doenças: Divisão de Prevenção de HIV/Aids

<http://www.cdc.gov/hiv/dhap.htm>

Corporação Desafio do Milênio

<http://www.mcc.gov/>

Departamento de Estado dos EUA, Escritório de Assuntos Econômicos e Comerciais

<http://www.state.gov/e/eb/ifd/>

Serviço Exterior de Agricultura: Ajuda Alimentar

<http://www.fas.usda.gov/food-aid.asp>

**Departamento de Estado dos EUA
Escritório de Programas de Informações Internacionais**

Desenvolvimento Global e Ajuda Externa

http://usinfo.state.gov/ei/economic_issues/global_development.html

HIV/Aids e Outras Doenças Infecciosas

http://usinfo.state.gov/gi/global_issues/hiv_aids.html

Informativos sobre Desenvolvimento Sustentável

http://usinfo.state.gov/gi/global_issues/sustainable_development/Sustainable_Development_Fact_Sheets.html

Casa Branca

Ajuda às Nações em Desenvolvimento

<http://www.whitehouse.gov/infocus/developingnations/>

Progresso na África

<http://www.whitehouse.gov/news/releases/2005/06/20050630.html>

ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS

Academia de Desenvolvimento Educacional (AED)

<http://www.aed.org>

Assistência Internacional

<http://www.wr.org/>

Centro de Desenvolvimento Global

<http://www.cgdev.org/Research/Index.cfm?TopicID=36>

Coalizão para a Educação Básica

<http://basiced.org/>

Comissão Internacional de Resgate

<http://www.theirc.org/>

Conselho de Pesquisas e Intercâmbios Internacionais (Irex)

<http://www.irex.org>

Grupo Core

<http://www.coregroup.org/>

InterAction

<http://interaction.org/>

Mulheres pelas Mulheres - Internacional

<http://womenforwomen.org>

Preocupação em Todo o Mundo

<http://www.concernusa.org/>

Programa de Melhora da Qualidade Educacional (Equip1)

http://www.equip123.net/equip1/index_new.html

Salvem as Crianças

<http://www.savethechildren.org/usa/>

ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

Banco Mundial: Metas de Desenvolvimento para o Milênio

<http://ddp-ext.worldbank.org/ext/MDG/home.do>

Fundo Global de Combate à Aids, Tuberculose e Malária

<http://www.theglobalfund.org/en/>

Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas

<http://www.undp.org/mdg/>

United Nations Millennium Project

<http://www.unmillenniumproject.org>

DIVERSAS INFORMAÇÕES SOBRE DESENVOLVIMENTO

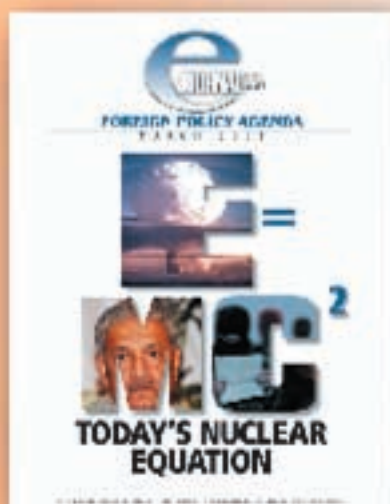
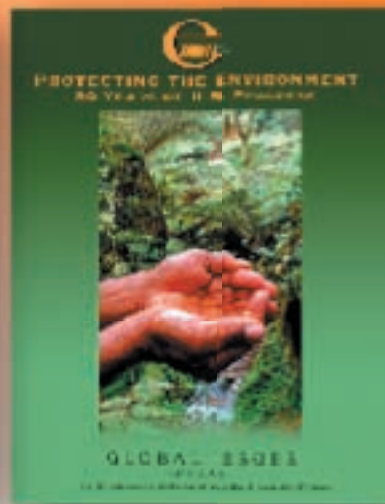
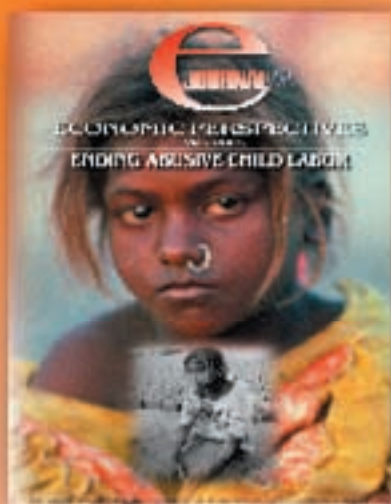
Portal do Desenvolvimento

<http://www.developmentgateway.org/>

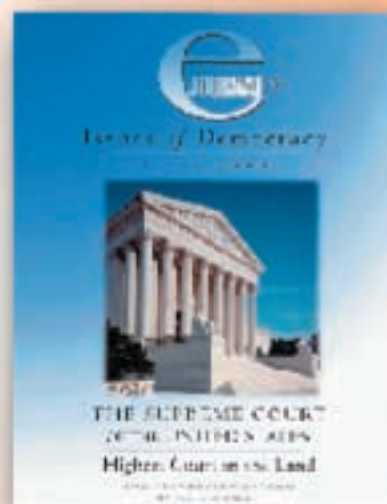
Relação de Organizações de Desenvolvimento

<http://www.devdir.org/>

O Departamento de Estado dos EUA não assume responsabilidade pelo conteúdo e disponibilidade dos recursos relacionados acima; todos estavam ativos em agosto de 2005.



REVISTA MENSAL EM VÁRIOS IDIOMAS



VEJA A RELAÇÃO COMPLETA DOS TÍTULOS EM
<http://usinfo.state.gov/journals/journals.htm>